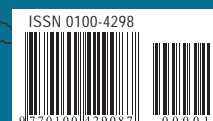


AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 01 | JANEIRO 2008 | R\$ 13,00



Especial

QUAL É O PESO DA ÍNDIA NO AGRONEGÓCIO GLOBAL?

Laranja

Tendências

Censo 2006

**Bons preços
em 2008**

**Dinâmica dos
preços agrícolas**

**Perfil não
surpreende**

O agronegócio é o seguinte

Luzes do Censo Agropecuário

O SETOR agrícola brasileiro ganha os dados atualizados do Censo Agropecuário. Uma realização indispensável para a montagem de sua série histórica. O último censo foi realizado entre agosto de 1995 e julho de 1996, no período do ano-safra, e não do ano civil (de janeiro a dezembro), como era de praxe. Ocorreu uma mudança na metodologia. Na época, como houve atrasos na liberação de recursos, o início da pesquisa ficou adiado para o meio do ano. Com isso, boa parte dos dados do último censo não pôde ser usada para o cálculo do PIB agrícola, que reflete a renda do setor no ano civil.

Além disso, o hiato de tempo sem a realização do Censo Agropecuário corresponde a uma década. Um período extenso com alterações profundas na agropecuária nacional. As cadeias produtivas cresceram e o mercado externo ganhou força. Dados recentes ajudam a adotar medidas para acertar e melhorar o desempenho setorial.

Agora, muitas suposições e hipóteses poderão ser testadas e analisadas. Haverá condições de melhoria no planejamento, tanto do setor privado quanto do governo. A distribuição dos recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, é feita com base em dados desatualizados. As verbas podem ser dirigidas para as regiões sem necessidade delas e vice-versa.

O Censo Agropecuário é um dos melhores investimentos do governo para o setor, pois certamente, as políticas agrícola, agrária e ambiental tornar-se-ão mais eficazes. Parte dos dados é atualizada pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), realizada anualmente pelo IBGE, feita por uma comissão local, com representantes das prefeituras.

O Brasil precisa obter melhor caracterização de seus estabelecimentos rurais segundo a tipologia; as fontes de renda; a classe de valor de vendas; as explorações predominantes; a ocupação do responsável; o trabalho dedicado às propriedades.

O Censo Agropecuário é a primeira etapa da tarefa de identificar caminhos, quantificar e qualificar recursos públicos e privados, para alcançar objetivos e resultados. É estratégico saber e entender como produz e quem está no campo, para projetar possibilidades financeiras e mercadológicas do negócio. O potencial de crescimento do Brasil rural e da economia nacional aumenta, seja pelo aprimoramento da produtividade, como pela incorpora-

ção de novas áreas ao processo produtivo. É o país com maior fronteira aberta para a expansão da atividade.

Mas, as vantagens naturais são passivas. O cenário de competição mundial requer uma administração planejada e permanente do agronegócio brasileiro. Os empreendimentos precisam de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos. Dessa forma, se constrói a vantagem competitiva.

Olhar no futuro do agronegócio brasileiro compete interpretar dados e gerar informações sobre suas ameaças e oportunidades, pontos fortes e fracos. A identificação de soluções ou alternativas para velhos e novos problemas, como infra-estrutura, logística e seguro agrícola, entre outros. Também é necessário desenvolver e empregar a biotecnologia, bem como verificar o espaço para a agricultura orgânica. Enfim, atender a diferentes demandas mercadológicas.

Os censos possibilitam comparações entre países. Nos Estados Unidos, em 2002, a quantidade de fazendas, de 2,128 milhões, era 4,0% inferior à registrada em 1997. Fato similar aconteceu no Canadá: o número de propriedades rurais era de 247 mil, 10% abaixo de 1997. Esse processo de concentração sucede em outras nações. Como aparece o Brasil neste contexto? Quais explicações para o fenômeno?

Apesar da turbulência financeira, os próximos anos mostram sinais favoráveis para o agronegócio. A demanda em cima dos 4 Fs (*fuel, food, feed and fiber*) aquece as cotações das *commodities* agrícolas. Esse movimento é catalisado pela febre do etanol nos Estados Unidos e as grandes aquisições de soja pela China. Os preços de fertilizantes e de óleo combustível dispararam também diante da escalada do valor do petróleo. Entidades internacionais apontam para a agroinflação global. Apenas uma forte recessão americana (cenário que ainda não acreditamos), pode alterar este quadro. A renda do campo cresce via mercado, como a baixa nos estoques. Assim, os beneplácitos das políticas de subsídios agrícolas nos países desenvolvidos ficam sem sentido. Com isso, a Rodada de Doha ganha outros contornos. Sem dúvida, a **Agroanalysis** acompanhará atentamente os grandes espetáculos reservados para o mundo do agronegócio durante o decorrer deste ano.

Para encerrar, chamamos a atenção para a matéria sobre o mercado da laranja. Tudo indica que 2008 terá bons preços. Os produtores que estão negociando seus contratos devem ficar atentos. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: SXC e Getty Images

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891
www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvéas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Nestor José

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrew Gray (Souza Cruz S/A), Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jacques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdaupeter (Gerdaup S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sérgio Santiago (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

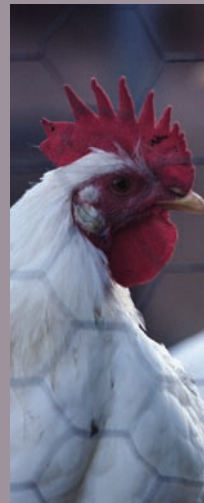
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Nei Mânica
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops

Mercado & Negócios

- 12 Avicultura
- 13 Cana-de-açúcar
- 15 Tendências
- 16 Citricultura
- 19 Café
- 22 Soja
- 25 Safra 2007/08
- 27 Safra 2007/08

Política Agrícola

- 28 Comércio Internacional
- 29 Censo 2006

Caderno Especial

- 33 O papel da Índia no comércio agrícola mundial

Gestão

- 42 Qualiagro
- 43 Ripa

Sustentabilidade

- 44 Protocolo de Kyoto
- 48 Protocolo de Cartagena
- 49 Diário de bordo
- 49 Produzir
- 50 Opinião

Especial



O peso da Índia no agronegócio

Citricultura



Perspectivas para 2008

Sustentabilidade



O protocolo de Cartagena

Crédito



Financiamento *Flex*

Nei Mânica
Presidente da Cotrijal

Muita calma nesta hora

da Redação

NAS MAIS de três décadas que tem como filiado, Nei Mânica nunca viu a cooperativa que preside desde 1995 passar por um momento tão magnífico. Quando ele pisou ali pela primeira vez, em 1972, a Cotrijal - Cooperativa Agropecuária Industrial abrangia seis municípios da região próximos a Não-Me-Toque, no centro do Rio Grande do Sul. Hoje, congrega mais de 4.700 associados em 14 municípios do Planalto Médio e Alto Jacuí, tradicional produtora de grãos do estado. No embalo da alta dos preços das *commodities*, viu seu faturamento crescer de R\$ 340 milhões em 2006 para R\$ 551 milhões em 2007. E as perspectivas para 2008 são ainda mais animadoras.

A Expodireto, feira de negócios da Cotrijal, chega neste ano à sua nona edição prometendo movimentar mais de R\$ 200 milhões, contra R\$ 145 em 2006 e R\$ 50 em 2005. Em entrevista à *Agroanalysis*, Mânica falou ainda sobre a expectativa de seus cooperados com a chegada de uma indústria de aves da Aurora à região, com abate de 300 mil aves por dia e um faturamento previsto de R\$ 1 bilhão por ano.

Animado com o bom momento, ele pede, no entanto, cautela ao produtor. “Não podemos nos endividar com prestações levando em conta os preços atuais da soja”, disse ele. “O mercado é cíclico, e tem períodos de altos e baixos”, avisa.

AGROANALYSIS Apesar do ótimo preço da soja, há em algumas regiões uma tendência de migração para o milho, que tem preços ainda melhores. Isso acontece na sua região?

NEI MÂNICA Neste ano, o preço do milho está muito bom, assim como a produtividade. A expectativa é muito boa. Então, com certeza, a procura para o plantio de milho para o ano que vem deve aumentar um pouco. Você vê a colheita de 150 sacas a R\$ 20, dá R\$ 3.000 por hectare de milho. Já 50 sacas de soja a R\$ 40 rendem R\$ 2.000 por hectare. Isso faz com que o produtor migre para o milho.

AGROANALYSIS E a expectativa para a safra deste ano?

MÂNICA A safra está correndo maravilhosamente bem na nossa região. O clima está ajudando, tem chovido normalmente, então a perspectiva de colheita é boa. Além disso, o mercado internacional nunca es-

medir o ganho real, que vai ser bom. Para o ano que vem acredito que a tendência é o pessoal migrar ainda mais para o milho em cima de toda essa situação americana. Isso no mundo todo.

AGROANALYSIS Qual é a expectativa do senhor em relação a preços e rentabilidade?

MÂNICA Nós acreditamos que os preços permaneçam firmes. E, se o clima continuar ajudando, aí dá para o pessoal começar a pagar um pouco das contas. Porque nós não podemos deixar de lembrar que o passivo é muito grande. O endividamento do produtor é muito grande. E tem uma coisa que não é muito positiva: quando aumentam os preços das *commodities*, os preços de todos os insumos aumentam também. Fertilizantes, sementes, tudo sobe junto. Mas, quando a *commodity* cai, esses preços não baixam. Então acaba se tornando uma bolha. Preços bons, mas o custo se eleva. No ano seguinte, o preço cai, mas os custos se mantêm.

AGROANALYSIS É normal as *commodities* passarem por ciclos de alta e de baixa nos preços. Agora nós estamos vivendo um ciclo de alta. Como o produtor deve se comportar em relação ao dinheiro que vai ganhar neste ano?

“Quando aumentam os preços das *commodities*, os preços de todos os insumos aumentam também”

teve tão bom em termos de cotações. O crescimento do etanol nos Estados Unidos está fazendo com que todas as *commodities* tenham uma reação muito grande.

AGROANALYSIS Dá pra medir o quanto aumentou a rentabilidade do produtor por causa do crescimento do etanol nos EUA?

MÂNICA Na verdade, isso vai se refletir agora, nesta safra. Nesta safra é que vai se

MÂNICA Nós temos orientado sempre o produtor a fazer agora algumas vendas futuras para garantir ao menos o custo de produção. Isto é um mercado, ninguém sabe o que vai acontecer amanhã. É preciso também ter cautela com os investimentos. O produtor precisa renovar seu parque de máquinas, mas que não entre naquela euforia de 2004, quando a soja foi a R\$ 50 por saca, e depois caiu a R\$ 20.



“Nós temos que trabalhar olhando para cima, né? Não é pra ver se o Lula está viajando, mas pra ver se chove”

Hoje está em R\$ 43, já recuperou bastante. O produtor tem que ter cautela, não projetar prestações baseadas num preço de R\$ 42, R\$ 45 por saca.

AGROANALYSIS Além disso tem o fator clima, que você nunca sabe se vai ajudar...

MÂNICA Nós temos que trabalhar olhando para cima, né? Não é pra ver se o Lula está viajando, mas pra ver se chove (risos).

AGROANALYSIS O produtor de aves e suínos está preocupado com o preço das rações?

MÂNICA O agronegócio sempre foi cíclico. E, ao longo da história, houve momentos em que a matéria-prima aumentou e o pessoal dizia que ia arrebentar a cadeia da carne, de aves, de leite. Na verdade, ela sofre um pouco, mas acaba sobrevivendo. Com dificuldade, mas sobrevive.

AGROANALYSIS O dólar baixo continua pesando para o agricultor?

MÂNICA Com certeza. Nós temos um mercado internacional dos melhores de toda a história. Se nós tivéssemos aí um dólar em torno de R\$ 2, o agronegócio geraria uma grande riqueza para o Brasil. Por outro lado, se Chicago estivesse nos níveis de preços normais, de 10, 12 dólares por *bu-shel*, a conta não fecharia para nós aqui.

AGROANALYSIS O governo poderia fazer alguma coisa em relação ao dólar?

MÂNICA Eu acredito que não. O problema é que no país as taxas de juros são muito

altas. E isso atrai muito dólar para ser aplicado aqui. Entra muito dinheiro.

AGROANALYSIS O sojicultor gaúcho também está mirando o crescimento do mercado do biodiesel?

MÂNICA Nós estamos olhando, mas o biodiesel feito de soja precisa de incentivo do governo. E, com essas mexidas no mercado internacional da soja, o biodiesel acaba se tornando quase inviável. Tem a canola, que produz mais óleo, e nós estamos trabalhando para desenvolver essa cultura aqui. Mas, não resta dúvida, que o biodiesel é uma alternativa e vai se consolidar como uma fonte de renda.

AGROANALYSIS O desaquecimento da economia dos EUA preocupa o produtor brasileiro ou ainda é cedo para falar nisso?

MÂNICA Com certeza, qualquer crise americana tem reflexo na economia mundial. Mas ainda é cedo para falar alguma coisa.

AGROANALYSIS A soja na sua região é praticamente toda transgênica?

MÂNICA Aqui, como em todo o Sul, nós temos 90% de soja transgênica. E a liberação da transgenia trouxe variedades bastante competitivas ao mercado.

AGROANALYSIS E a questão da discussão em torno dos *royalties* com a Monsanto?

MÂNICA Isso já está resolvido. No início, a negociação foi bastante complicada. Mas

a Cotrijal sempre entendeu que o pagamento de *royalties* é importante, porque se gasta muito dinheiro em pesquisa. Agora, por exemplo, está se desenvolvendo uma variedade de soja resistente à seca. Só com isso, o quanto nós poderíamos aumentar a produção de alimentos no mundo?

AGROANALYSIS Em relação a acesso a mercados, a soja transgênica tem obtido o mesmo preço que a convencional no mercado internacional?

MÂNICA A verdade é que se vendeu uma falsa ilusão de que a soja orgânica teria um valor muito acima da soja transgênica. Na verdade, o que existia era um nicho de mercado, uma pequena fatia que é de 1%, 2% da produção. Mas nada que faça com que o produtor deixe de plantar a soja transgênica para plantar a orgânica.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia a atuação do governo Lula em relação ao *agribusiness*?

MÂNICA O setor do agronegócio tem tido dificuldade em momentos de crise, porque o governo é muito lento. Isso tem atrapalhado muito o crescimento do nosso setor, embora o Brasil hoje esteja batendo seguidos recordes de produção e de exportação. Mas nós poderíamos ter crescido e avançado muito mais.

AGROANALYSIS Como o senhor compara a atuação do atual ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que é um polí-

“Estamos agora num momento muito bom. Tivemos o melhor faturamento da história da cooperativa”



tico, com a do ex-ministro Roberto Rodrigues, que é um técnico e um homem ligado ao setor?

MÂNICA O ministro Roberto Rodrigues é inclusive um produtor e nós o conhecemos há mais de 20 anos. Nós tínhamos uma relação fraterna. Ele entendia a situação e as dificuldades do produtor. Mas, infelizmente, no Brasil o Ministério da Agricultura não tem aquela autonomia e os recursos que precisaria ter. Já o novo ministro, Reinhold, é bastante acessível e muito atento às ações do agronegócio. Mas ainda fica difícil fazer uma avaliação, pelo pouco tempo que ele tem à frente do ministério.

AGROANALYSIS Com o fim da CPMF, o governo deixou de ter uma receita de R\$ 40 bilhões. Isso pode, de alguma maneira, travar a renegociação das dívidas do produtor?

MÂNICA É muito fácil ir à mídia e dizer que agora não vai ter dinheiro para a saúde, mas eu acho que o Congresso Nacional teve uma postura que mostrou que tem a sua independência. É só o governo fazer uma reflexão e cortar um pouqui-

nho de todos os gastos que ele aumentou nos últimos anos, que os R\$ 40 bilhões não vão fazer falta para setor nenhum.

AGROANALYSIS E o que pesa mais para o produtor: o IOF ou a CPMF?

MÂNICA Agora vai ficar muito mais caro, se for aplicado o IOF em cima do financiamento. O governo vai arrecadar somente uma parte dos R\$ 40 bilhões, mas vai penalizar o setor produtivo, o tomador de empréstimo. Porque, na verdade, o banco vai repassar. É ilusão achar que esse dinheiro vai sair do banco. Quem vai pagar é o consumidor e o tomador de empréstimo.

AGROANALYSIS Aos olhos do produtor, quais são os maiores gargalos hoje em relação à infra-estrutura do país?

MÂNICA Rodovias, custos portuários, escoamento da produção e também o custo Brasil, que engloba todos os impostos.

AGROANALYSIS É muito caro operar no Porto de Rio Grande (por onde a maior parte da produção da Cotrijal é exportada)?

NEI MÂNICA Nós da cooperativa ainda temos um terminal portuário, e isso reduz um pouco o custo. Mas, com as tarifas e os serviços todos, a operação ainda fica cara.

AGROANALYSIS A Expodireto movimentou em 2007 mais de R\$ 145 milhões, contra R\$ 50 milhões em 2006. Qual o segredo do sucesso?

MÂNICA O nosso objetivo é continuar fazendo a Expodireto com um foco muito claro, em termos de tecnologia e oportunidade de negócio. A Expodireto não tem bebida alcoólica, não tem shows. Ela abre às 8h, encerra às 18h. Então, as pessoas vêm muito focadas no negócio. E, com o bom momento do produtor e da indústria de máquinas, nós acreditamos que a Expodireto bata todos os recordes neste ano. Os negócios devem superar os R\$ 200 milhões.

AGROANALYSIS E em relação aos investimentos para 2008?

MÂNICA Nós estamos agora trazendo um grande investimento para a cidade de Carazinho, que é uma indústria de aves com capacidade para abater 300 mil aves por dia. É um projeto integrado com a Aurora, que vai gerar 3.000 empregos diretos, 1.500 indiretos, e vai faturar de R\$ 1 bilhão de reais por ano, com mil aviários no campo. Vai dar uma injeção de recursos muito grande aqui na região.

AGROANALYSIS Nos 13 anos à frente da cooperativa, este é o melhor momento para o produtor?

MÂNICA O agronegócio é muito bom porque é muito dinâmico. Então, ele pode estar em um momento muito difícil, mas tem um poder de reação muito grande. Em seis meses, se o clima ajudar, se o mercado ajudar e se o governo também fizer um pouquinho, você reverte a situação. Nós estamos agora num momento muito bom. É o melhor faturamento da história da cooperativa. Nós atuávamos em seis municípios, agora estamos em 14. É uma base muito sólida do crescimento. ■

Macroeconomia

De volta ao passado

Rogério Mori*

UM DOS eixos centrais do ponto de vista econômico para o Brasil em 2008 será determinado por uma importante reversão das contas externas nacionais. O resultado em conta corrente brasileiro, após uma sucessão de cinco anos de superávits, apresentará déficit e as projeções de mercado já sinalizam isso (vide quadro).

A despeito de toda a melhora registrada em nossos indicadores macroeconômicos, é importante ressaltar que a economia brasileira voltará ao padrão de financiamento externo prevalecente em boa parte da década de 1990. Nesse contexto, após um breve período de “comportamento asiático”, no qual o superávit em conta corrente foi a tônica, voltaremos para o padrão latino-americano de crescimento com endividamento externo. Sob essa perspectiva, nosso crescimento econômico já deixou de ser estimulado pelo setor externo, como nos anos que vão de 2003 a 2005, para ser agora capitaneado pelo setor interno. Claramente, esse processo determinará a dinâmica da cotação da moeda norte-americana em 2008.

Sob essa ótica, tudo indica que a trajetória da taxa de câmbio será muito mais volátil que em 2007. Assim, a realidade dos fatos mostra que uma das principais características da conta capital é a volatilidade. Logo, um balanço de pagamentos financiado por fluxo de capitais e não por geração de superávits comerciais tende a ser muito mais instável, especialmente em um ano de incertezas na economia mundial, como decorrência do estouro da bolha imobiliária norte-americana. O cenário de bonança do mercado financeiro da primeira metade de 2007 muito prova-

velmente não se repetirá, sendo que a volatilidade observada no final do ano passado deverá se estender também em 2008.

Em relação à apreciação sustentada do real ante as demais moedas nos últimos anos, a história também será diferente. Apesar do País ainda se manter como uma “ilha” de juros altos em relação ao resto do mundo, nosso setor externo dá sinais de fraqueza a cada dia que passa. Dessa forma, a geração estrutural de dólares a partir do setor produtivo minguará, sendo que a cotação da moeda norte-americana dependerá, cada vez mais, dos humores do mercado financeiro. Em relação a esse ponto, vale mencionar que as grandes frentes de investimento no País atualmente residem nos setores produtores de bens não-comercializáveis com o exterior, que, por definição, não geram recursos externos.

Expectativas de mercado, 2008

IPCA (%)	4,29
IGP-DI (%)	4,50
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ – fim de período)	1,80
Meta Taxa Selic (% aa – fim de período)	11,13
PIB (% de crescimento)	4,50
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-4,75
Balança Comercial (US\$ bilhões)	30,60

Fonte: BCB - Relatório de Mercado - 11/01/2008
Elaboração: FGV-EESP/Cemap

Outro ponto de destaque reside nos efeitos da taxa de câmbio sobre o comportamento da inflação brasileira. Nesse contexto, boa parte dos bons resultados observados em termos de inflação nos últimos anos foi resultante do movimento de apreciação da moeda brasileira. Cla-

ramente, esses esgotaram-se ao longo de 2007 e, na ausência de novas apreciações da moeda nacional, a dinâmica da inflação deverá assumir contornos distintos em 2008 daqueles observados nos últimos anos.

Dentro dessa lógica, as pressões inflacionárias observadas em boa parte do ano passado ainda devem se manter em 2008. A resultante desse processo é que o Banco Central já se mostrou preocupado com essa dinâmica e sinaliza que pode reagir mais à frente. Boa parte do mercado financeiro já antecipou suas preocupações, com reações da curva de juros futuros no mercado. Em outras palavras, existe a possibilidade concreta de que o Banco Central venha a elevar a meta da taxa básica de juros – Selic – em algum momento ao longo de 2008. A probabilidade também se mostra palpável ante a evolução da atividade econômica doméstica, que demonstra robustez ante o impulso proporcionado pela expansão do crédito.

O somatório desses elementos sugere que, se de um lado, o saldo comercial começa a declinar, e, de outro lado, o diferencial entre juros domésticos e externos tende a aumentar, o quadro das contas no balanço de pagamentos tende a mudar. Em outras palavras, começa a surgir mais uma vez do lado das contas externas o cenário vivenciado pela economia brasileira em boa parte da década de 1990. Esse é um quadro com potencial extremamente complicado para a economia brasileira em um contexto de crise econômica internacional que parece estar se delineando. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

TAMANHO DA SAFRA

O quarto levantamento da safra de grãos 2007/2008, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no início de janeiro, indica um crescimento de 3,1% na produção brasileira em relação a 2006/2007. Estimada em 135,8 milhões de toneladas, a safra tem como carro-chefe a soja, que deverá render 58,2 milhões de toneladas.

A previsão da Conab mostra que os bons preços do milho estimularam os produtores a ampliar o plantio do cereal. O sucesso da colheita de milho, prevista em 53,4 milhões de toneladas, depende ainda do comportamento do clima nas próximas semanas. Vale anotar ainda a expansão da lavoura de algodão, de 1,1 milhão de hectares para 1,5 milhão de hectares.

O levantamento foi realizado entre os dias 11 e 18 de dezembro nos estados do Centro-Sul, Piauí, Maranhão, de Rondônia, de Tocantins e da Bahia.

Brasil: produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (1.000 t)

Cultura	2006/07	2007/08	Variação %
Algodão	2.383,6	2.498,0	4,8
Arroz em casca	11.315,9	11.941,6	5,5
Feijão	3.338,8	3.270,2	-2,1
Milho	51.369,7	53.369,1	3,9
1ª Safra	36.596,7	38.016,1	3,9
2ª Safra	14.773,0	15.353,0	3,9
Soja	58.376,4	58.164,4	-0,4
Sorgo	1.497,1	1.456,4	-2,7
Trigo	2.233,7	3.831,4	71,5
Total	131.734,7	135.788,1	3,1

Nota: O total inclui produtos não-discriminados na tabela acima. Fonte: Conab – Avaliação da Safra Agrícola 2007/2008 – Quarto Levantamento – Janeiro de 2008

Negócios do campo

As exportações do agronegócio paulista cresceram 6,5% de janeiro a novembro de 2007 na comparação com o mesmo período do ano passado. A receita chegou a US\$14,33 bilhões.

Máquinas na cana

Cada ponto percentual a mais na mecanização da colheita representa 2.700 desempregados, segundo cálculo do Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo.

Na frente

A New Holland fechou 2007 na liderança do mercado brasileiro de colheitadeiras. Foram vendidas 845 máquinas, um aumento de 44% ante as 377 de 2006. Com isso, a marca conquistou uma fatia de 35,5% do mercado. Em 2008, a New Holland deve alcançar crescimento entre 10% e 15% na venda de tratores e de cerca de 20% no segmento de colheitadeiras.

Mel orgânico



Apicultores de Picos (PI) receberam a certificação para mel orgânico. A informação é do gerente de Carteira de Projetos de Apicultura do Sebrae no Piauí, Francisco Holanda. São 300 produtores de 156 apiários da região.

Mercado acelerado

As vendas de máquinas agrícolas, que encerraram 2007 com crescimento de 49,5%, devem ter um desempenho mais modesto este ano. A expansão do setor está sendo estimada em 15% pelo vice-presidente para máquinas agrícolas da Anfavea, Milton Rego. Explica-se: o forte crescimento em 2007 se deu sobre uma base fraca. Em 2006, o cenário era de crise.

BIODIESEL

“No caso do B2, o adversário é o campo. O campo não responde à altura da brevidade do industrial. O industrial precisa promover o seu projeto de produção do biodiesel e ele tem que buscar no mercado as oleaginosas”

Nivaldo Trama, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Biodiesel (Abiodiesel), sobre a obrigatoriedade da mistura de 2% de biodiesel ao diesel a partir de 1º de janeiro último

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Qualidade da carne

Em parceria com a Unesp de Botucatu, o Laboratório de Qualidade e Certificação da Carne está desenvolvendo padrões de produção e classificação de carcaças. O objetivo é aprimorar a qualidade da carne brasileira e, conseqüentemente, elevar o seu preço no mercado internacional de carne.

“O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, além de maior produtor, mas um dos países que menos faturam com o produto”, diz Jovelino Carvalho Mineiro, presidente da Central Bela Vista. A Argentina exporta um terço do volume embarcado pelo Brasil, mas consegue obter metade da receita das exportações do Brasil”, lembra Mineiro.

Para o presidente da Central Bela Vista, embora a raça nelore tenha obtido um excepcional desenvolvimento no Brasil nas últimas décadas, graças aos programas de melhoramento e à eficiência dos criadores, ainda precisa cumprir a sua última tarefa: melhorar a sua precocidade e a qualidade da carne.

Saúde na feira

Uma dieta rica em hortaliças e frutas pode prevenir o câncer de colo uterino. A conclusão é de um estudo feito pela nutricionista Luciana Yuki Tomita com 1.378 mulheres atendidas em dois hospitais públicos da capital paulista. A pesquisa foi apresentada em tese de doutorado defendida no Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

Luciana constatou que mulheres que consumiram mais folhas verde-escuras (agrião, espinafre e couve), vegetais como pimentão e brócolis, além de frutas de cor laranja ou amarela (entre as quais mamão, manga, laranja e acerola), tiveram menor risco de desenvolver a doença.

MAIS CAFÉ



A produção nacional de café beneficiado em 2008 deve variar entre 41,3 e 44,2 milhões de sacas. A previsão, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), indica um crescimento entre 22,4% e 30,9% em relação à safra 2007, de 33,7 milhões de sacas.

AGROINFLAÇÃO

O crescimento de 3% da produção de grãos parece insuficiente para conter a alta dos preços dos alimentos, que em 2007 foram os grandes vilões da inflação. Os alimentos registraram no ano passado a maior alta desde 2002, representando 2,21 pontos percentuais do IPCA, que fechou 2007 em 4,46%.

Cesta da carestia em 2007

Produto	Variação anual %
1. Feijão carioca	144
2. Feijão mulatinho	136
3. Batata inglesa	68
4. Cebola	56
5. Feijão preto	39
6. Ovos	26
7. Carnes	22
8. Leite	19
9. Óleo de soja	19
10. Hortaliças	17

Aviação agrícola

No início de janeiro, o transporte aéreo agrícola ganhou nova regulamentação. Agora, só pode ser feito por aeronaves homologadas pela Aeronáutica. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, assinou Instrução Normativa que estabelece normas de trabalho da aviação agrícola, visando à proteção das pessoas, dos bens e do ambiente, por meio da redução de riscos.

PAC da Embrapa

Silvio Crestana está otimista com as perspectivas da Embrapa em 2008. A empresa, que completa 35 anos, vai realizar grandes transformações no plano institucional. A mais importante delas, sem dúvida, será o início da implantação do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – o PAC Embrapa. “O presidente Lula já disse que pretende arrumar a Embrapa até o final de seu mandato”, afirma Crestana. O Plano prevê para os próximos três anos o aumento de cerca de R\$ 500 milhões no orçamento anual da empresa, a serem aplicados na ampliação do quadro de pessoal da Embrapa para 10.200 empregados, com ênfase na contratação e esforço de capacitação de pesquisadores, na possível criação de novos centros de pesquisa, na consolidação da Embrapa Agroenergia, e no reforço de sua atuação internacional, com a ampliação do programa da Embrapa África, instalação da Embrapa América Latina, na Venezuela, e a criação do Labex Ásia.

CASA NO CAMPO

1,8 milhão

de moradias é o déficit habitacional em áreas rurais no Brasil, segundo o Ministério das Cidades.

Avicultura

Perspectivas para 2008

Ivan Pupo Lauandos*

O ANO de 2007 foi muito bom para a avicultura brasileira. A parte mais difícil foi a valorização do real e a elevação dos preços dos grãos a partir de agosto. Mesmo assim, a indústria avícola soube operar de modo a aproveitar o momento favorável.

Fatos marcantes no exercício:

1. Um forte crescimento na produção total, que deve atingir cerca de 10,2 milhões de toneladas, um aumento de 9,5% em 2007, alavancado pelas exportações e, também, pela boa demanda no mercado interno;
2. No início em junho, com a implantação do sistema de cotas de exportação de carne salgada para a Europa, as exportações aumentaram;
3. Após um ano de queda, as exportações devem ter crescido 19,4% em 2007, um crescimento excelente, acima da média do período de 2001 a 2006, que foi de 16,8%;
4. Recuperação do mercado doméstico, cujo consumo *per capita* cresceu de 35,6 para 36,9 quilos por habitante/ano, graças a um aumento de 5,5%

na disponibilidade interna e à melhoria da renda no País;

5. Nas exportações de carne de frango, devemos fechar com um crescimento de aproximadamente 3,24 milhões de toneladas;
6. O Brasil consolidou uma participação ao redor de 45,2% nas exportações mundiais.

Tendências para 2008:

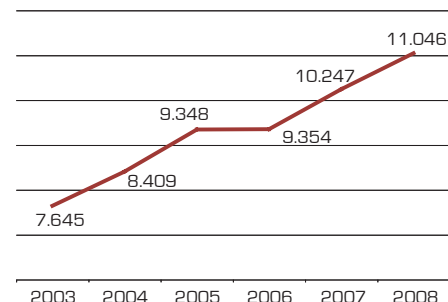
1. Bom crescimento na produção brasileira de carne de frango, de aproximadamente 7,8%, mas talvez menor que o ocorrido em 2007, pois a base 2006 era muito baixa em função da crise;
2. Continuidade da boa demanda no mercado interno, cujo consumo foi de 68,3% da produção total e, também, a evolução no consumo *per capita* de 36,9 quilos por habitante/ano em 2007 para 38,3 quilos em 2008;
3. Crescimento das exportações entre 10% e 15%, conforme mostra o quadro 3 abaixo, o que seria muito bom, embora menor que o crescimento médio dos últimos anos;

Brasil: metas para a cadeia produtiva da avicultura

	2006	2007*	07/06	2008*	08/07
Produção de carne (mil t)	9.353,7	10.246,8	9,5%	11.046,1	7,8%
Disponibilidade interna (mil t)	6.636,4	7.001,9	5,5%	7.395,5	5,6%
Exportação (mil t)	2.717,3	3.244,9	19,4%	3.650,5	12,5%
Consumo <i>per capita</i> (kg/hab/ano)	35,6	36,9	3,5%	38,3	3,9%
Alojamento de matrizes (mil)	38.398,2	42.213,3	9,9%	43.690,8	3,5%
Alojamento de pintos de corte (milhões)	4.573,1	5.126,3	12,1%	5.331,4	4,0%
Produção de milho (mil t)	42.514,9	51.369,9	20,8%	51.825,8	0,9%
Produção de soja (mil t)	55.027,1	58.391,8	6,1%	59.372,3	1,7%

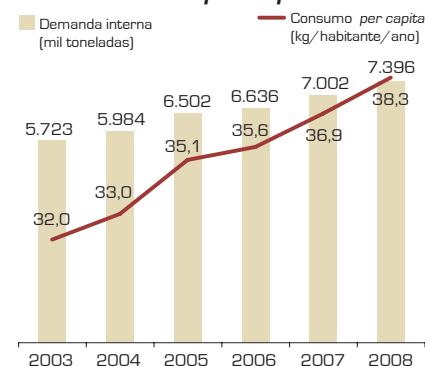
* Projeção Fonte: Aviagen do Brasil/UBA/ Apinco/ Abef/ Conab/ USDA

Brasil: produção de carne de frango (mil toneladas)



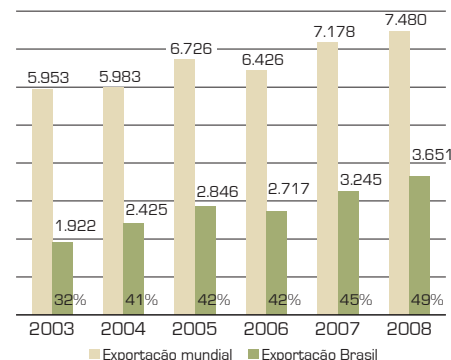
Fonte: UBA

Brasil: consumo per capita



Fonte: UBA

Brasil: participação nas exportações mundiais (mil toneladas)



Fonte: Secex

4. Grande movimentação em termos de aquisições, com um crescente interesse dos principais *players* mundiais pelo Brasil;
5. O Brasil se consolida cada vez mais como uma base de exportação de material genético nas três gerações: avó, matriz e pinto de corte. ■

* Diretor geral da Aviagen do Brasil
ilauandos@aviagen.com

Cana-de-açúcar

Preços no setor sucroalcooleiro

Luis Gustavo Torrano Corrêa¹Juliano Merlotto²Willian Orzari Hernandez³

DIANTE DA queda do preço do açúcar e do álcool ocorrida em 2007 surge um ambiente de incertezas no setor. Ainda que 2008 tenha iniciado mostrando indícios de recuperação, a magnitude da queda assusta os fornecedores, os financiadores, os investidores e as próprias usinas. Com isso, o retorno do equilíbrio entre preços e custos ganha importância na avaliação de projetos.

Habitualmente, a projeção de oferta e demanda é utilizada para “antever” o preço das próximas safras. Entretanto, mais relevante é saber se esse preço está inserido num ciclo de alta, de média ou de baixa. Se o início da produção ocorrer em um ciclo de baixa, o retorno do projeto será afetado negativamente. Existem ferramentas para avaliar estatisticamente o risco de fluxo de caixa.

Assim, surgem questões como: qual o preço médio real do setor? O que definirá se o ciclo é de alta ou de baixa? Basta calcular a média dos preços nominais negociados na Bolsa de Nova York ou os preços devem ser corrigidos pela inflação? Qual a chance do preço se distanciar da média? As respostas surgirão à medida que for compreendido o ambiente microeconômico de produção.

Quando se trata de preços no setor, utilizamos prioritariamente os do açúcar devido à maior disponibilidade de dados e à alta correlação com os preços do álcool. A correlação advém da utilização da mesma matéria-prima, o açúcar total recuperável (ATR).

Para compreender a dinâmica econômica, vamos relembrar a teoria microeconômica, para verificar se o setor atende razoavelmente bem às condições de um

mercado competitivo: bens homogêneos (os produtos são *commodities*), empresas são tomadoras de preço (não há monopólio ou oligopólio, pelo menos ainda), plena difusão de informação (com relação ao preço e à qualidade dos produtos), e há também livre entrada e saída de empresas (apesar da alta demanda de capital).

Sob a condição das empresas “jogarem” em um mercado competitivo, a microeconomia explica que haverá a entrada de novos competidores toda vez que houver lucro extraordinário. Assim, com preços elevados haverá aumento da oferta, que levará à derrubada nos preços, por sua vez, desestimulará a produção. Com uma menor produção, o preço voltará a subir. No longo prazo, a teoria explica que o preço médio irá situar-se no mesmo ponto em que não há lucro extraordinário, ou seja, em que o preço é igual ao custo econômico de produção (que já remunera o custo de oportunidade do capital).

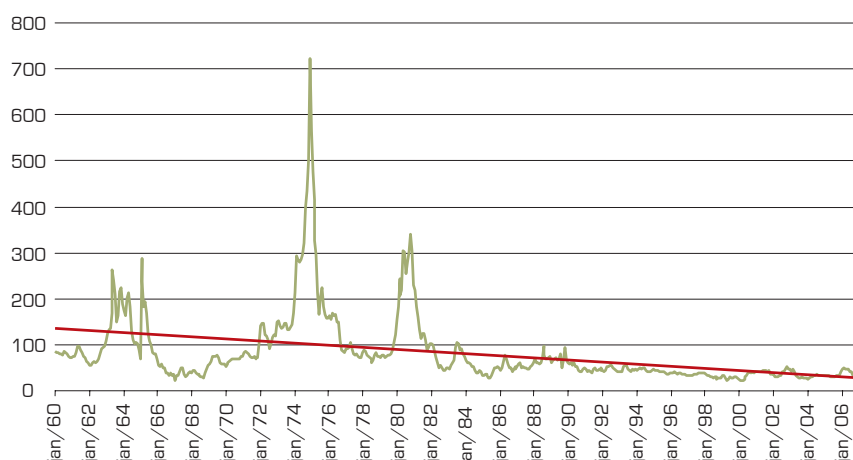
Pelo fato de os avanços tecnológicos derrubarem os custos, e por consequência, os preços de equilíbrio, esperar-se-ia que o preço real de equilíbrio da década de 60 fosse maior que o preço de equilíbrio atual. Ou seja, no longo prazo haveria uma tendência de queda real de preços.

Há décadas o Brasil se tornou o maior exportador mundial de açúcar, negociando cerca de 40% das exportações totais. Na medida em que a teoria econômica nos afirma que o preço de equilíbrio é igual ao custo econômico, dada a relevância da fatia brasileira podemos inferir que a moeda brasileira (Real) influencia a formação dos preços internacionais.

Quando os preços negociados são convertidos para real, e corrigindo pelo IGP, obteremos um novo valor que evidencia a tendência de queda real dos preços, ilustrada pela reta vermelha.

Pelo preço médio da série em R\$ teríamos o valor de R\$ 81,83 por saca de açúcar

Preços do açúcar (R\$ por saca 50 kg, corrigidos pelo IGP)



Fonte: NYBOT. Elaboração F&G AGRO

(50 kg) ou 40,77 cents por libra-peso, que não é factível como preço de equilíbrio, pois existiriam lucros extraordinários (os custos hoje oscilam entre R\$ 27,00 e R\$ 30,00 por saca posta em Santos). Já para a média nominal em US\$ teríamos 9,24 cents por libra-peso, que também não é o preço de equilíbrio, uma vez que convertido para R\$ (ao câmbio de R\$ 1,745/US\$) obteríamos R\$ 18,57/saca de 50 kg.

Na média móvel dos últimos 20 anos observa-se que o comportamento de queda torna-se quase linear. Por coincidência ou não, é nesse período que ocorre a desregulamentação da produção e da exportação brasileira, trazendo para esse mercado as características que atendem às de mercado competitivo.

Quando se avalia a série em R\$, identificamos características que distinguem o período que se inicia em 1984. Além de fatores de mercado, como a desregulamentação, tem-se o aumento da presença brasileira no mercado internacional e os incentivos locais à produção de álcool. Com o objetivo de calcular qual seria o preço médio de longo prazo (equilíbrio), esse período da série mostrou-se mais adequado.

Pôde-se encontrar uma constante que retira a tendência (Fator Tecnológico – FT), ou seja, os preços passam a ser comparáveis em datas distintas em relação aos custos de produção atual. Econometricamente, a constante de correção dos

preços foi encontrada igualando a soma dos quadrados totais (SQT) à soma dos quadrados dos resíduos (SQR).

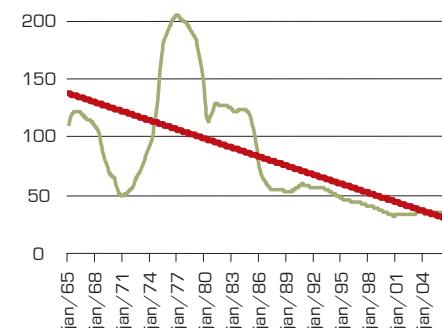
Prevê-se, utilizando essa metodologia, que o preço bruto FOB (em real) de equilíbrio está em R\$ 28,42 por saca de 50 kg de açúcar VHP (ou 14,16 cents por libra-peso ao câmbio de R\$ 1,75/US\$) e que sua queda se deu à razão de 2,79 % a.a.

Conhecida a média, devemos então nos preocupar com a probabilidade dos preços se distanciarem da média, ou seja, a intensidade e a amplitude dos vales e dos picos. Com isso é possível calcular o risco dos preços se distanciarem da média. A volatilidade da série no período foi de 22,34 %, e a distribuição dos preços comportou-se como uma distribuição normal.

A base - preço médio de equilíbrio e distribuição em torno dele – é um bom ponto de partida para as projeções de preços. Ao se projetar, em adição a esta base histórica, deve-se estabelecer outras premissas que influenciarão o seu comportamento futuro.

Exemplo disso são os fatores como a demanda mundial por álcool, a co-geração de energia elétrica e a redução no risco Brasil, que contribuirão para a diminuição da volatilidade e a redução nos custos (preço de equilíbrio). De outro lado, o movimento de concentração da produção em um pequeno número de produtores diminuirá as características de mercado competitivo, aumentando as chances de vales e picos.

Média móvel cinco anos (R\$ por saca 50 kg, corrigidos pelo IGP)



Fonte: NYBOT. Elaboração F&G AGRO

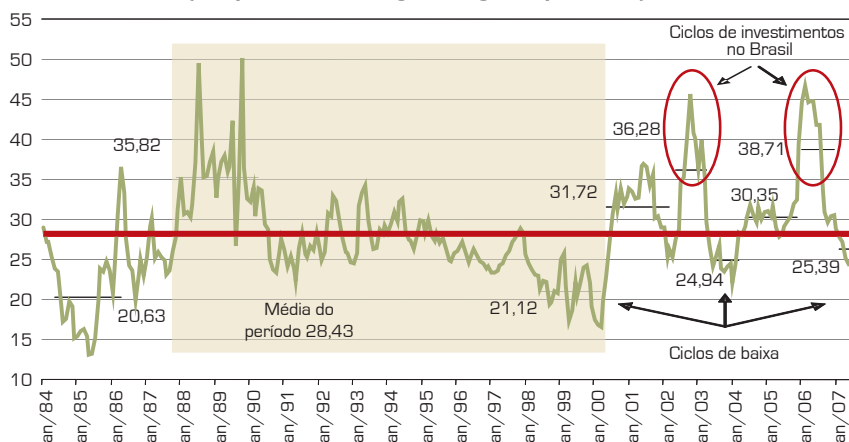
Ocorrendo a concentração, toda a formulação teórica, que tem como premissa a existência de um mercado competitivo, poderá ser contestada.

Portanto, vimos que, com base na teoria microeconômica de mercado competitivo, o preço médio de equilíbrio acontece em R\$ 28,42 por saca de açúcar. Esses preços equivalem a R\$ 0,87 por litro de álcool anidro ou R\$ 44,00 por tonelada de cana-de-açúcar posta na usina. Essa deve ser a média dos preços a ser utilizada para se projetar o fluxo de caixa de projetos no prazo longo.

Considerando as características da distribuição apresentada (volatilidade e média), a probabilidade do preço em uma determinada safra estar entre R\$ 22,06 e R\$ 34,78 por saca é de quase 80%. Na avaliação de projetos, o fluxo de caixa dos primeiros anos será influenciado por esse risco de distanciamento da média.

Conclui-se, portanto, que, para a tomada de decisão em projetos, há um nível elevado de segurança quanto aos preços a serem utilizados para se projetar o fluxo de caixa no longo prazo, e que os riscos se concentram no fluxo do curto prazo. Todavia, pela metodologia aqui resumidamente apresentada, o impacto do risco de preço no retorno dos projetos pode ser estatisticamente avaliado. Com isso é possível decidir pelo projeto de maior ganho por risco assumido. ■

Preços do açúcar (R\$ por saca 50 kg, corrigidos pelo IGP)



Fonte: NYBOT. Elaboração F&G AGRO

1 Sócio-executivo da F&G AGRO.

2 Sócio-executivo da F&G AGRO.

3 Analista da F&G AGRO.

Tendências

Dinâmica dos preços agrícolas

Eliseu Alves*

OS PREÇOS da agricultura oscilam muito em função de eventos climáticos e de mudanças de políticas agrícolas dos países grandes produtores, exportadores e importadores. Por exemplo, a decisão dos Estados Unidos de produzir etanol de milho tem elevado os preços do milho, da soja e de outras *commodities*. Reverteu-se uma persistente tendência de queda.

Na análise dos preços da agricultura convivem oscilações provocadas pelo homem e pela natureza. Com fundamento na ciência e na tecnologia, a tendência tem sido de queda, pois a oferta cresce acima da demanda.

É possível distinguir três paradigmas na evolução da tecnologia:

Primeiro: as descobertas, até o começo do Século 20, frutos de tentativas guiadas pela intuição e pela experiência dos agricultores, o processo de tentativa-e-erro. Raras, elas não tiveram influência perceptível sobre a produtividade da terra. A produção cresceu com a população, e sempre com a incorporação de novas áreas e regiões, como as Américas e a Oceania.

Em 1840, Liebig descobriu as leis de nutrição das plantas e revolucionou a Química. Houve mudança na orientação da pesquisa de nutrição das plantas, e daí nasceram novas tecnologias. Finalmente, culminou com a indústria de fertilizantes, cuja evolução, de rápida expansão, estimulou o desenvolvimento de cultivares de elevada resposta.

Segundo: as Leis da Hereditariedade, descobertas por Mendel, e a Teoria da Evolução, de Darwin, ambas da segunda

metade do século 19, tiveram enorme influência no desenvolvimento de plantas e animais de elevada produtividade.

Com a capacidade de gerar tecnologias capazes de sustentar o crescimento da oferta, em um ambiente de preços favoráveis como ocorre hoje, o **segundo paradigma** não está esgotado. A pesquisa agrícola tornou-se uma prioridade dos governos, e as instituições públicas de investigação em ciências agrárias expandiram-se vertiginosamente, ao lado daquelas da iniciativa particular, principalmente em tempos mais recentes.

Três pilares sustentam o segundo paradigma:

1. As descobertas e a geração de tecnologias, guiadas pela ciência, reduzem ao mínimo o escopo da tentativa-e-erro, e, por isso, a ciência permite o melhor aproveitamento do tempo do cientista, o único recurso realmente escasso em pesquisa.
2. O crescimento da produtividade da terra explica a expansão da oferta.
3. À medida que se difundiu em todo mundo, a revolução verde fez crescer a oferta de alimentos, fibras e energéticos acima da demanda. Daí a tendência declinante do preço, permeada por oscilações, como as que se presenciam no momento, as quais trazem muita euforia e esquecimento dos tempos difíceis. Ao lado do progresso da medicina, a expansão da oferta de alimentos tem sustentado o crescimento rápido da população. É verdade que ainda há fome, mas não é por falta de produção!

É bem verdade que estamos diante de um novo fenômeno. A produção de alimentos esbarra na capacidade do estômago humano e, por isso, acima de um determinado nível, o incremento da renda não tem efeito no consumo.

Não é o caso dos bioenergéticos, que escapam aos limites do estômago. A sua demanda evolui com a população e ainda mais com a renda. Será mais difícil acompanhá-la a ponto de frear a escalada dos preços. Mas não é impossível, e sem entrar em uma crise de produção de alimentos. Qual a grande ameaça? Certamente, a queda dos preços do petróleo.

Terceiro: a geração de tecnologia avança rapidamente, com base no conhecimento cada vez mais profundo da vida e da capacidade técnica de manipular seus fundamentos para produzir novos produtos, insumos e maneiras de fazer agricultura.

Os cientistas terão muito mais capacidade de fazer perguntas à natureza e de respondê-las, com menos incertezas e mais rapidamente. A expressão mais popular do terceiro paradigma é a engenharia genética, mas a biologia avançada permeia todas as fases da pesquisa agrícola. Estamos diante de um enorme potencial para gerar tecnologias capazes de superar restrições da natureza, antes julgadas intransponíveis.

Assim, os cientistas dos países desenvolvidos têm condições de reverter vantagens comparativas na produção de alimentos, fibras e bioenergéticos. Para não perder a posição privilegiada conquistada no comércio internacional, o Brasil terá de investir muito mais em ciências agrárias.

Como o segundo paradigma permitiu a expansão da oferta tanto ou mais que a demanda, esta perspectiva ainda é mais possível com a ciência que está às nossas portas. Portanto, o potencial de reverter a atual tendência de alta de preços é real. Por isso, deve-se ser sensato e inteligente para tirar todas as vantagens que o momento presente nos oferece. ■

* Pesquisador e assessor do diretor-presidente da Embrapa

Citricultura

Preços bons em 2008

Evaristo Marzabal Neves¹
Gabriel Rausch²

NA BOLSA de Chicago, de olho no futuro, existe uma placa com a frase “o fato, em si, muito pouco influencia o preço de um produto; a expectativa do fato, esta sim, exerce influência na formação do preço”.

Um exemplo prático ocorre quando corre a notícia de que faltará açúcar no mercado. Imediatamente, a dona de casa, dependente e temerosa do desaparecimento do produto das gôndolas, vai às compras e reforça seu estoque. Com o aumento da demanda de açúcar, o dono do estabelecimento varejista, se puder, eleva o preço e antecipa as compras, pois o produto poderá faltar e seu preço futuro se elevar. Essa é a lógica do mercado diante da expectativa de um fato que, ao se concretizar, antecipa e provoca um rearranjo no mercado.

Acompanhamos os preços dos mercados de laranja ante:

- Os impactos dos furacões em 2004 e 2005, e a incidência e disseminação de pragas e moléstias na citricultura da Flórida;
- A elevação do preço do suco nos Estados Unidos;
- Os problemas climáticos na produção brasileira;
- O deslocamento da fronteira citrícola para outras regiões paulistas e outros estados;
- Os desacordos entre produtores e indústrias.

Olhamos as cotações médias mensais da fruta brasileira posta na indústria e no mercado doméstico (fruta de mesa), na Bolsas de Nova Iorque e de Roterdã e do preço FOB portos no Brasil, para interpretar os movimentos dos preços.

Preços recebidos pelos citricultores

Os preços nominais recebidos pelos citricultores foram crescentes de 2004 a 2007. Em fevereiro de 2007 ocorreu o maior valor, enquanto de novembro de 2006 a março de 2007 foi o período de melhor remuneração.

Os preços recebidos pelos citricultores para a laranja destinada ao mercado interno como fruta fresca para consumo (preço na árvore) seguiram a mesma tendência dos preços recebidos pelos citricultores com a laranja posta no portão da indústria.

Os preços das frutas destinadas para o consumo são mais atrativos, pois obedecem a exigências visuais e gustativas. A maior cotação foi obtida em fevereiro de

2005, enquanto os maiores valores médios foram registrados de janeiro a março de 2006 e de 2007. Nesse período, de intenso calor, e de férias de verão, o consumo de suco natural é maior e enfrenta a concorrência da compra de frutas para processamento pela indústria.

Preços internacionais

Na Bolsa de Nova Iorque, o preço médio anual do suco de laranja concentrado (65º Brix) subiu de 2004 a 2005, devido aos estragos dos furacões na Flórida (redução em 20% no número total de árvores) e à capacidade de importações brasileiras em um estágio de estoques em queda.

Em 2007 os preços perderam força porque nos EUA não houve outro furacão e

Brasil: preço recebido pelo citricultor para laranja posta na indústria (R\$/cx)

Mês	2004	2005	2006	2007
jan	9,87	7,08	12,13	15,46
fev	7,05	6,83	9,90	15,50
mar	5,30	6,02	8,66	13,69
abr	4,92	5,85	7,52	8,79
mai	5,04	6,10	7,22	7,88
jun	5,00	7,15	8,11	10,98
jul	5,52	8,72	10,06	10,97
ago	6,22	8,45	10,76	10,16
set	5,98	7,94	11,04	9,97
out	5,99	7,86	11,52	9,90
nov	7,24	9,70	12,51	11,77
dez	7,31	11,53	14,26	12,61

Fonte: Cepea/Esalq

Brasil: preço recebido pelo citricultor para laranja de mesa (R\$/cx na árvore)

Mês	2004	2005	2006	2007
jan	11,29	9,14	15,68	15,08
fev	10,44	9,78	19,53	17,10
mar	9,43	12,64	19,08	19,03
abr	8,96	11,66	13,72	16,60
mai	8,68	9,37	10,69	13,82
jun	7,87	8,79	9,39	10,62
jul	6,97	8,97	10,13	10,98
ago	6,78	9,13	11,47	11,06
set	6,85	9,73	12,51	10,66
out	7,28	11,04	12,60	11,48
nov	8,63	12,52	12,76	13,45
dez	9,01	13,85	13,48	14,10

Fonte: Cepea/Esalq

Bolsa de Nova Iorque: preços médios do suco concentrado e congelado (US\$/t)

Mês	2005	2006	2007	Variação
Jan	1.173	1.731	2.837	63,9%
Fev	1.214	1.835	2.760	50,4%
Mar	1.286	1.952	2.798	43,3%
Abr	1.365	2.070	2.413	16,6%
Mai	1.211	2.232	2.368	6,1%
Jun	1.381	2.263	1.979	-12,5%
Jul	1.436	2.341	1.904	-18,7%
Ago	1.314	2.546	1.791	-29,7%
Set	1.378	2.391	1.763	-26,3%
Out	1.558	2.621	1.950	-25,6%
Nov	1.718	2.823	1.987	-29,6%
Dez	1.792	2.884	2.121	-26,5%

Variação entre 2007 e 2006 Fonte: Cepea/Esalq

Porto de Roterdã: preços médios do suco concentrado e congelado (US\$/t)

Mês	2005	2006	2007	Variação
jan	900	1.750	2.650	51,4%
fev	900	1.750	2.650	51,4%
mar	950	1.625	2.650	63,1%
abr	950	1.700	2.500	47,1%
mai	1.150	1.800	2.650	47,2%
jun	1.200	1.850	2.575	39,2%
jul	1.300	1.800	2.650	47,2%
ago	1.300	2.125	2.550	20,0%
set	1.300	2.300	2.550	10,9%
out	1.450	2.300	2.550	10,9%
nov	1.450	2.550	2.550	0,0%
dez	1.700	2.550		
Média Anual	1.212,5	2.008,3		
Média Jan/Nov	1.168,2	1.959,1	2.593,2	

Variação entre 2007 e 2006 Fonte: Foodnews e Cepea/Esalq

a safra projetada cresceu, de 129 milhões para 168 milhões de caixas. Os registros de queda nas cotações passaram a ser sentidos com maior intensidade a partir de maio de 2007.

Em Roterdã, o comportamento de preços do suco de laranja foi quase idêntico ao verificado na Bolsa de Nova Iorque. Como o mercado europeu é praticamente importador para atender à sua demanda, o preço médio manteve-se firme até novembro de 2007. Vale ainda como registro o fato de que, desde agosto de 2006, as cotações do suco brasileiro em Roterdã sempre estiveram acima de US\$ 2 mil a

tonelada, com a tendência de permanecer assim em 2007.

Preço Fob Porto de Santos (Secex/MDIC)

As médias anuais dos preços de exportação do suco de laranja alcançaram valores acima dos US\$ 1 mil a tonelada em 2006 e 2007. Com isso, é possível fazer uma associação entre a elevação desses preços e a demanda ocorrida nos mercados americano e europeu ao longo do segundo semestre de 2006 e em 2007, para entender o preço médio de exportação acima dos US\$ 1,5 mil a tonelada em 2007.

Expectativas de curto prazo

A Bolsa de Nova Iorque opera com base nas estimativas de produção entre 180 a 198 milhões de caixas na próxima safra na Flórida, que começa em outubro. Porém, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos projetou uma produção de 168 milhões de caixas.

É uma variação de 30 milhões a menos de caixas. Na média, 130 mil toneladas de suco não serão produzidas. Diante desse quadro, a Bolsa de Nova Iorque reage e inverte a tendência de queda até setem-

bro, com elevação nas cotações de outubro e novembro.

Ademais, o USDA, no balanço recente sobre a safra 2006/07 anunciou que:

- O número de árvores em produção foi de 64 milhões (dois milhões a menos que na safra anterior);
- As sete maiores regiões produtoras da Flórida, com 56% da área total cultivada, tinham 39,7 milhões de árvores novas e em produção em 2007, 3,6% a menos que em 2006.

Em fevereiro de 2007, as informações sobre os viveiros na Flórida davam conta da falta de mudas suficientes para repor as árvores erradicadas devido ao cancro cítrico nos últimos anos. Isso requeriria um estoque de 9 milhões de árvores novas, diante de uma disponibilidade atual de 5 milhões, pois cerca de 4,1 milhões de mudas foram destruídas nas passagens dos furacões em 2004 e 2005.

Diante da pressão imobiliária, os problemas fitossanitários e a insuficiente disponibilidade de mudas para reposição do parque citrícola, não se espera pronta recuperação da produção e significativo aumento da área plantada na Flórida no curto prazo. Para o Cepea/Esalq, a dificul-

Porto de Santos: preço anual de exportação de suco concentrado congelado (US\$/t Fob)

Período	Preços (US\$/t)
2002	866,92
2003	863,54
2004	781,66
2005	751,72
2006	1.072,36
2007	1.584,93

Fonte: Secex/MDIC



dade de reposição dos pomares é um dos indicativos de que o déficit de suco norte-americano não é temporário.

Essa situação de oferta reprimida levou a uma evolução nos preços no mercado varejista, de tal sorte que, nos últimos meses, houve retração no consumo de cerca 16% nos EUA e com igual alcance na União Européia, registrando 15%.

Em São Paulo, a produção deverá ter quebra de 10% na produção devido:

- A chuvas fora de época, em julho, que provocaram a florada precoce dos pomares;
- À estiagem prolongada de agosto a outubro;
- À incidência de doença (CVC).

Isso, e mais o prejuízo de menor teor de água na fruta, ocasiona queda no rendimento e exige maior número de frutas para a produção de uma tonelada de suco (240 caixas, em vez de 230 caixas). Cerca

de 30 a 40% da produção de variedades precoces colhidas neste primeiro semestre de 2008 estão com o desenvolvimento comprometido.

Por conta da menor oferta esperada de variedades precoces, a quantidade de laranja de março a julho de 2008 terá forte queda e o preço pode subir, com a repetição do ocorrido no primeiro semestre de 2007, quando a indústria elevou a demanda por fruta em decorrência dos baixos estoques existentes.

No levantamento final (junho 2007), safra 2006/07, o IEA registrou a existência de:

- Pés novos: 36.707.766;
- Pés em produção: 178.583.848;
- Produção: 352,120 milhões de caixas.

A maior produção da safra paulista não compensa a baixa nos estoques nas últimas duas safras, absorvidos pelo crescimento na demanda internacional por suco brasileiro para suprir as defi-

ciências da produção e estoques reduzidos da Flórida,

Se for tomado o ano civil (janeiro-setembro/07), no comparativo a igual período de 2006, os grandes “puxadores” das exportações, em termos absolutos e relativos, foram a União Européia e o Nafta (EUA, no caso).

Segundo a Abecitrus (07/12/07), as exportações de suco de laranja em 2007 (concentrado, não concentrado e outros) ficarão próximos de:

- US\$ 2,3 bilhões, mais de 50% acima do valor de 2006 (US\$ 1,468 bilhão);
- 1,4 milhão de toneladas, 7% a mais do que em 2006 (1,303 milhão t);

Essas estatísticas, baseadas em uma oferta reprimida na Flórida, e tendo em vista os possíveis problemas de abastecimento de fruta na Região Sudeste do Brasil, causa a expectativa de preços firmes na safra 2007/08.

São Paulo: área e produção de laranja

Item	2005/06	2006/07	Var.
Área (mil ha)	659,4	672,79	2,0%
Produção (mil t)	14.214,7	14.366,52	1,1%

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA/Saesep)

No ambiente brasileiro, os problemas fitossanitários, as barreiras comerciais, e a desvalorização do dólar penalizam a renda. Os produtores e as indústrias pagam parte de seus custos em reais (R\$), como fertilizantes, defensivos, mão-de-obra, diesel e outros.

Esta é a hora para a harmonização e o estabelecimento de uma cordial relação entre produtores e indústrias. Ações conjuntas devem ser desenvolvidas nas questões de defesa fitossanitária, acesso a mercados e criação de um contrato padrão de compra e venda de laranja. É isso que buscou a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo em recentes reuniões com os segmentos produtivos. ■

1 Prof. Titular pela Esalq/USP emneves@esalq.usp.br
2 Graduando em Eng. Agron., Esalq/USP
rauschea@gmail.com

Café

O segredo da Colômbia

Letícia Serra Tavares¹Marcos Fava Neves²

O CAFÉ colombiano é conhecido em diversas partes do mundo não só pela sua qualidade, como também pela importância econômica, pois representa mais de 12,4% do PIB do agronegócio nacional, e é fonte de renda para mais de 500.000 produtores do país.

O tipo cultivado na Colômbia é o arábico, de diversas variedades, somente encontradas nesse local, como as Borbón, Tabi e Castillo, devido ao clima e a outras características. O produto possui, desde 2005, o reconhecimento de Denominação de Origem. Em 2007, teve o reconhecimento de 27 países da União Européia, como Indicação Geográfica Protegida (IGP), dado, pela primeira vez, a um produto não-europeu. Tal reconhecimento foi fruto, além da qualidade do produto e do processo, da capacidade e empenho da Federación Nacional de Cafeteros (Fedecafé), em promover o café e em desenvolver a região produtora e os cafeicultores.

Marca Juan Valdez

A marca Juan Valdez foi criada em 1959, pela Fedecafé, e objetiva diferenciar e divulgar o café colombiano nos grandes mercados. Com exaltação aos aspectos do café colombiano e à sua qualidade, a campanha publicitária para divulgar a marca foi exibida na década de 60 e 70 na Colômbia e no exterior. Já na década de 80, quando a marca já era conhecida e consolidada nos Estados Unidos, foi criado o personagem Juan Valdez, para facilitar a compra do café colombiano pois, segundo a Fedecafé, é “um símbolo gráfico de fácil identificação para os consumidores

de diversos continentes”. Desde 1981, é o símbolo que representa a qualidade do café colombiano pelo mundo.

Marketing Internacional via Canais de Distribuição

A história das Tiendas Juan Valdez, por sua vez, começa em 2002, quando a Fedecafé, após autorização do Congreso Cafetero, começou a desenvolver, com seus próprios recursos, um projeto para promover a inovação, as estratégias de industrialização e a geração de valor agregado na atividade cafeeira.

Nesse mesmo ano, durante um evento chamado La Verdadera Bonanza, a Fedecafé

de anônima, formada por quotas sociais pertencentes a Federação (99,05%) e aos acionistas minoritários (0,95%).

A Procafecol tem por atividade a:

- Comercialização de café colombiano de todas as suas formas;
- Criação de lojas de café (cafeterias) para administração direta ou através de terceiros;
- Outorga de franquias das cafeterias;
- Venda de bebidas de café, café torrado, moído e em grão, em diferentes apresentações, em pontos de venda distintos, nos âmbitos nacional e internacional;
- Venda de produtos relacionados com café, ou com as marcas comerciais utilizadas pela sociedade.

A proposta do Procafecol é ser um dos grupos empresariais mais destacados de comercialização de produtos de valor agregado, cuja base é o café colombiano, com reconhecimento nos principais mercados consumidores de café, por meio da abertura de lojas Juan Valdez e da qualidade do produto oferecido.

Em outubro de 2004, a Assembléia Geral de Acionistas da Procafecol autorizou a emissão de dois milhões de ações com dividendo preferencial e sem direito a voto. Os destinatários são exclusivamente aos produtores de café da Colômbia, titulares da “Cédula Cefetera”, cujas fazendas tivessem algumas características, como um mínimo de 1.500 pés de café plantados.

Mas, somente em abril de 2006 a Procafecol lançou o Prospecto de Colocação de Ações Preferenciais, o qual informava a emissão de dois milhões de ações, com dividendos preferenciais, sem direito a

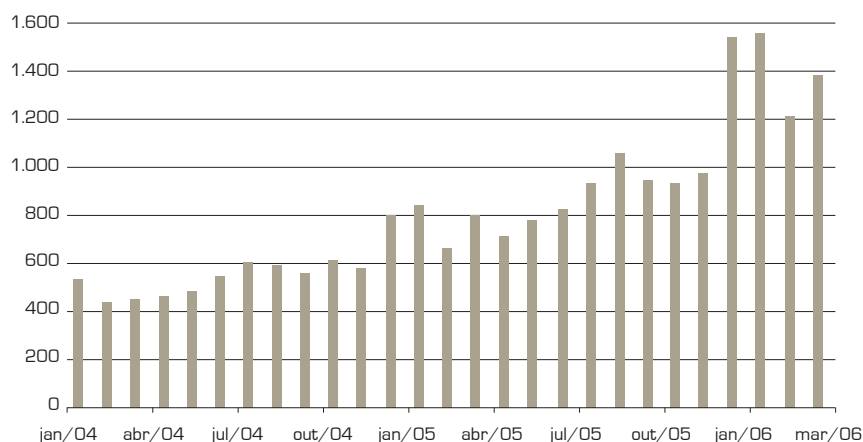
Fedecafé

- Instituição sem fins lucrativos;
- Existe desde 1927
- Fomenta da cafeicultura colombiana e o bem-estar dos cafeicultores;
- Promove ações sociais, econômicas, tecnológicas e científicas, industriais e comerciais;
- Exporta um negócio: as Lojas de Café Juan Valdez ou Tiendas de Café Juan Valdez.

café assumiu o compromisso de criar uma sociedade de capital 100% privado, para abrir a primeira loja de café Juan Valdez e implementar uma experiência piloto.

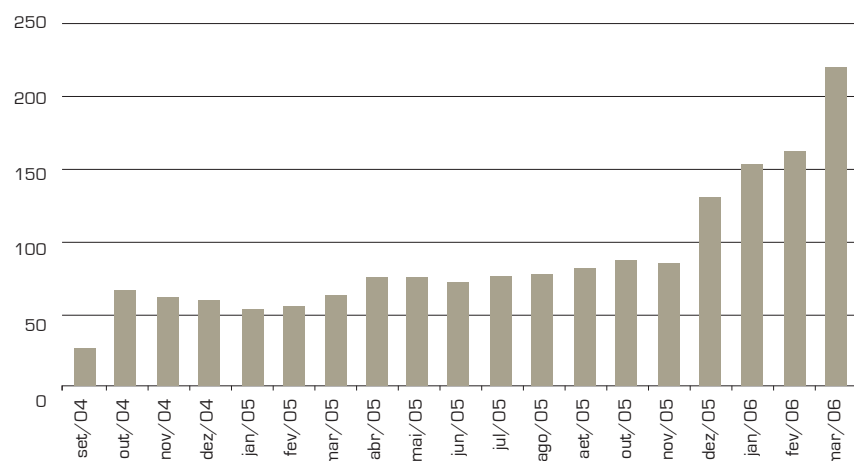
Assim, a Fedecafé e acionistas minoritários criaram, em 19 de setembro de 2002, a Procafecol S.A. ou Sociedade Promotora do Café Colômbia S.A., uma socieda-

Vendas totais na Colômbia (\$mm)



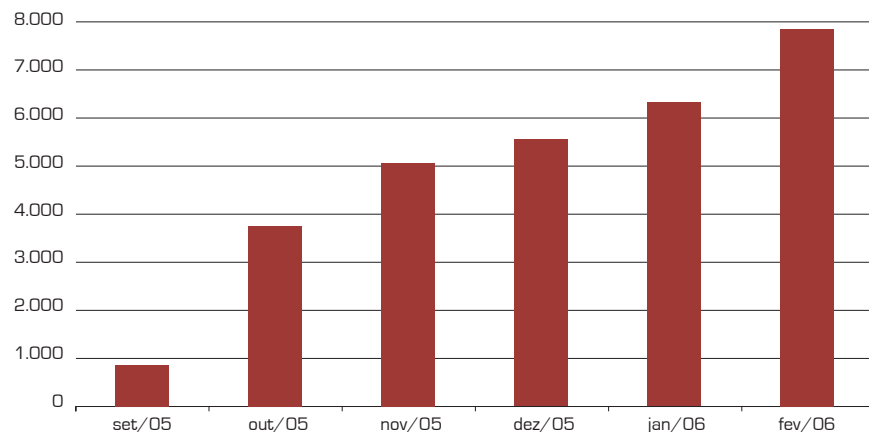
Fonte: Estatísticas Financeiras Procafecol S.A.

Vendas totais nos Estados Unidos (milhares de dólares)



Fonte: Investments Inc, subsidiária da Procafecol S.A.

Vendas mensais de café embalado no Wal-Mart (EUA)



Fonte: Sistema de Informação Gerencial NFCGC, subsidiária da Procafecol S.A.

voto, com valor nominal de \$5.000,00 (cinco mil pesos) por ação e preço de subscrição de \$10.000,00 (dez mil pesos). Essas ações, que representam 15,75% da sociedade, foram ofertadas somente a cafeicultores, que deveriam comprá-las, se quisessem, em um prazo de 6 meses.

Com a emissão de ações, o interesse maior da Federação, era dar oportunidade para os produtores da Colômbia participarem da cadeia de valor agregado da atividade cafeeira, mediante sua vinculação ao negócio de Tiendas de Café Juan Valdez, como acionistas da Procafecol.

O capital obtido com a emissão das ações, em sua totalidade, seria usado, segundo a Procafecol, com o objetivo de financiar o projeto de expansão global da marca Juan Valdez, via abertura de 300 lojas de café, aproximadamente, até 2009, nas principais cidades dos Estados Unidos, Colômbia, Europa e em outros países.

Durante 2005, para melhorar as operações das Tiendas Juan Valdez, a Procafecol passou por uma reestruturação e adquiriu novas empresas, como a Coffea Arabicas Beverages S.A., na Colômbia, responsável pela comercialização de bebidas colas ou cafecolas, e a Cafescol Tiendas SL, na Espanha, cujo objetivo é operar as Lojas Juan Valdez naquele país.

No ano seguinte, a Procafecol adquiriu 939 quotas sociais que pertenciam à Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia e ficou proprietária de 99,9% da Pod Col Coffee Ltda..

Novas Parcerias, Alianças Estratégicas

Em relação ao desempenho das Tiendas Juan Valdez, as vendas totais crescem, tanto na Colômbia, como nos Estados Unidos.

Mas não só as vendas nas Tiendas Juan Valdez aumentaram, também é promissor o mercado de cafés embalados da marca, vendidos em supermercados da rede Wal-Mart, nos Estados Unidos.

Além de estar presente nessa rede de supermercados, a marca Juan Valdez também é representada pela Coca-Cola, desde 2007, nos Estados Unidos, em aproximadamente 11.000 pontos de venda, e esse número poderá crescer, já que



a Coca-Cola FoodService serve a mais de 400.000 pontos de venda.

A Coca-Cola é responsável pela instalação de *vending machines*, que promovem a venda do Café Juan Valdez Reale, cuja

validade é de mais de nove meses, sem perder características de sabor e aroma. Pelo uso da marca, a Coca-Cola pagará 10% de *royalties* à Fedecafé. A distribuidora, nos Estados Unidos, do café REALE

é a Coffeecol, única empresa licenciada pela Fedecafé neste país.

Em suma, os números mostram que o negócio das Tiendas Juan Valdez parece ser promissor. Pode-se observar, também, a confiança dos cafeicultores. Aproximadamente 22.000 deles já compraram as ações ofertadas. Este número pode ser maior, segundo Ricardo Obregón Trujillo, presidente da Procafecol. Neste ano poderão ser emitidas mais ações da Procafecol, mas desta vez deverão ser ações ordinárias, destinadas, principalmente, aos cafeicultores que já forem acionistas e à Fedecafé.

Atualmente, há 92 Lojas Juan Valdez, sendo 80 na Colômbia, dez nos Estados Unidos e duas na Espanha. O último passo foi firmar uma parceria para montar lojas de café dentro da rede Carrefour. Se a experiência vingar, aumenta o potencial de abertura de lojas de Café da Colômbia, dado o número de hipermercados do Carrefour.

Percebe-se o arrojo dos colombianos no *marketing* do café. Deixa claro que o avanço deve se dar também em canais de distribuição. Esse elo representa um contato direto com os consumidores e uma forma de divulgação gratuita por meio de amplo número de pontos de venda. ■

Participação acionária pós-venda das ações preferenciais



83,46%

0,79%

Acionistas
minoritários

15,75%

Novos acionistas
(cafeicultores)

PROCAFECOL

Promotora de Café Colombia S.A.

Fonte: www.juanvaldezcafe.com

Participação nas empresas subsidiadas

PROCAFECOL

Promotora de Café Colombia S.A.

94,9%

99,9%

100%

96,36%

Coffea Arabicas
Beverages S.A.

Bogotá, Colômbia

Pod Col
Coffee Ltda.

Cafescol
Tiendas SL

Espanha

NFCGC
Investments Inc

Estados Unidos

Fonte: www.juanvaldezcafe.com

1 FEA/USP Ribeirão Preto – Pesquisadora do Pensar e Markestrat

2 Professor de Planejamento, Estratégia e Marketing da FEA/USP, Coordenador do Pensar e Markestrat

Soja

Rentabilidade na ponta do lápis

A PRODUÇÃO mundial da oleagífera diminuiu na safra 2007/08. A perda de área nos EUA não foi compensada com expansão do plantio na América do Sul. Por sua vez, o consumo segue em alta e os estoques de passagem tiveram baixa significativa.

As cotações do complexo soja na Bolsa de Chicago (Cbot) e os valores de negócios para exportação (Cbot + prêmio) alcançaram os maiores patamares da história:

- Os contratos futuros do grão ultrapassaram os US\$ 12,00 por *bushel*, ou seja, US\$ 26,50 por saca de 60 quilos;
- O óleo está com preços crescentes desde dezembro de 2005, sendo que, em novembro de 2007, pela primeira vez na história, ultrapassaram US\$ 1.000 a tonelada.
- As cotações do farelo, apesar de ainda não alcançarem recordes históricos, estão expressivamente altas, em US\$ 320,00 a tonelada.

Como reflexo, no mercado interno, os valores só não batem recordes históricos devido à valorização do real ante o dólar, mas são os maiores dos últimos três anos: em tonelada passa de US\$ 400 no grão, de R\$ 2.330 no óleo e R\$ 850,00 no farelo.

Os mercados interno e externo vão continuar nervosos e com cotações em alta. Um ritmo mais lento na comercialização da safra dará mais sustentação a essa tendência. Na prática, além da tradicional especulação e da compensação da forte desvalorização do dólar no mercado mundial, o mercado concentra foco nas questões de oferta e demanda.

Nesse contexto, é interessante observar o processo de integração do comple-



Fatores de alta de preços

- Receio de adversidades climáticas na América do Sul;
- A pressão da escalada do preço do petróleo nos custos de produção;
- Consumo alternativo da matéria-prima para biocombustível;
- Manutenção de preços elevados para estimular aumento na área plantada dos EUA (mais 3,6 milhões de hectares);
- A relação entre estoque e consumo nos três menores níveis da história dos EUA.
- A importação da China, em toneladas:
- Grãos: 34 milhões (10 milhões em 2000/01);
- Farelo: 700 mil (40 mil em 2006/07);
- Óleo: 2,8 milhões (2,4 milhões em 2006/07).

Soja: custo operacional efetivo na safra 2006/06 e 2007/07 (R\$/hectare)

Item	Rio Verde (GO)		Var.	Sorriso (MT)		Var.	Maracaju (MS)		Var.
	2006/07	2007/08*	(%)	2006/07	2007/08*	(%)	2006/07	2007/08*	(%)
1. Insumos									
Fertilizantes	303,50	381,00	26	285,09	393,14	38	223,94	287,94	29
Sementes	84,00	77,00	-8	55,90	47,52	-15	42,00	42,00	0
Herbicidas	94,00	104,80	11	78,34	82,75	6	148,35	120,76	-19
Inseticidas	50,90	48,70	-4	36,84	31,27	-15	54,80	53,42	-3
Fungicidas	124,00	90,50	-27	80,37	65,13	-19	101,48	90,00	-11
Tratamento de. Semente	14,76	13,50	-9	16,44	17,50	7	43,89	43,69	-0,5
Adjuvante	2,50	2,50	0	21,47	18,79	-13	11,40	10,18	-11
sub-total (1)	673,66	718,00	7	574,45	656,11	14	625,85	647,98	4
2. Práticas culturais									
Preparo do solo e plantio	72,26	72,26	0	37,34	35,94	-4	38,51	38,71	0,5
Tratos	61,22	61,22	0	24,36	24,32	0	35,43	40,74	15
Colheita	77,41	77,41	0	45,84	46,27	1	39,59	39,67	0,2
sub-total (2)	210,89	210,89	0	107,54	106,53	-1	113,53	119,12	5
3. Outros									
Transporte da produção	45,00	45,00	0	36,40	36,40	0	40,00	40,00	0
Mão-de-obra	58,23	58,23	0	35,48	35,48	0	25,55	26,82	5
Comercialização/Armazenamento	17,10	17,10	0	42,49	47,57	12	50,00	50,00	0
Impostos	26,42	26,42	0	40,99	44,13	8	28,86	28,86	0
Seguro	14,65	14,65	0	6,39	6,66	4	7,62	7,84	3
Assistência técnica	9,43	9,87	5	14,35	15,96	11	15,30	15,88	4
Capital de Giro	94,51	98,88	5	61,68	61,03	-1	77,69	80,45	4
sub-total (3)	265,34	270,15	2	237,78	247,23	4	245,02	249,85	2
COE (1+2+3)	1149,89	1199,04	4	919,77	1009,86	10	984,40	1016,95	3
Preço recebido (R\$/saca)									
	23,00	23,00	-	23,00	23,00	-	23,00	23,00	-
Produtividade de equilíbrio (sacas/ha)									
	50,00	52,13	-	39,99	43,91	-	42,80	44,22	-

* Previsão Fonte: Cepea/CNA

xo soja com os biocombustíveis em três grandes vertentes:

- Primeira: a competição de espaço com outra matéria-prima, o milho, estimulado pelo seu uso na fabricação de etanol nos EUA;
- Segunda: o efeito das cotações elevadas do petróleo, que estimulam o emprego dos biocombustíveis e, portanto, mais consumo de grãos de milho e soja;
- Terceira: com o maior consumo de matéria-prima para produção de biocombustível, os preços do óleo e farelo comestível sobem, pois ficam com menor disponibilidade.

Custo de produção

Entre as safras 2006/07 e 2007/08, o custo operacional da soja, sem incluir depreciações e custo de oportunidade do capital, teve pequeno acréscimo. As variações praticamente ficaram concentradas no grupo dos insumos. As despesas com tratos culturais e colheita pouco mudaram.

Os reajustes mais pesados ocorreram nos fertilizantes e no glifosato. Em função de exigir duas aplicações de glifosato (pós-emergente), as lavouras transgênicas tiveram um aumento de custo superior ao da cultura convencional.

Já inseticidas e fungicidas tiveram recuos. Suas aplicações, no correr do desenvolvimento da safra, variam em quantidade de acordo com o controle. O registro é importante nos fungicidas, pois o aparecimento da ferrugem asiática encareceu o custo de produção e prejudicou a competitividade da lavoura nacional.

A relação de troca, ao mostrar o valor recebido pela produto e o preço pago pelo insumo em uma determinada região, é um elemento fundamental para ser analisado. Nos casos do glifosato e do adubo básico, ocorreram perdas expressivas do poder de compra do sojicultor.

Relação de troca entre soja por glifosato e adubo básico

UF	Região	Glifosato (sacas/litro)		Perda do poder de compra (b/a)	Adubo básico (sacas/tonelada)		Perda do poder de compra (d/c)
		2006/07 (a)	2007/08 (b)		2006/07 (c)	2007/08 (d)	
MT	Sorriso	0,39	0,59	51%	28,01	35,67	27%
	Lucas do R. Verde	0,38	0,51	34%	25,57	33,84	32%
	C. Novo do Parecis	0,39	0,55	41%	28,34	37,45	32%
	Rondonópolis	0,34	0,47	38%	23,85	31,94	34%
	Primavera do Leste	0,33	0,46	39%	21,92	26,43	21%
MS	Caarapó	0,27	0,43	59%	23,03	29,40	28%
	Maracaju	0,34	0,45	32%	25,90	34,07	32%
GO	Rio Verde	0,33	0,44	33%	21,54	27,42	27%
	Cristalina	0,30	0,42	40%	22,40	28,85	29%

Fontes: Cepea, Esalq/USP, CNA

Negociações internas

Os ótimos preços e suas indicações futuras fazem os produtores anteciparem a comercialização da nova safra. A decisão é coerente. Se os EUA aumentarem o plantio, as perspectivas são preços menores quando da colheita brasileira.

É um contexto positivo, mas de decisão complexa. A safra 2007/08 mostra um preço em forte ascensão entre os períodos de plantio até o começo da maturação das lavouras. Um comportamento bem atípico. Grande parte dos produtores fez operações casadas com a compra de insumos travada pela venda futura do produto. Uma estratégia correta.

O problema está no preço negociado no intervalo de US\$ 12 a US\$13 a saca. Esses valores praticamente dobraram a seguir. Com isso, a rentabilidade da lavoura ficou bem aquém de seu potencial. Haverá lucro, mas muito longe daquela margem mais larga que parece em um primeiro momento. Haverá ainda uma dependência muito forte das condições climáticas para não comprometer a produtividade.

A recomendação é de cumprimento dos contratos firmados com as empresas de insumos, *traders* e cerealistas. Com as perspectivas de preços firmes nos próximos anos, a montagem de um plano de produção e comercialização passa a ser peça indispensável. É a receita fundamental para uma propriedade rural ser administrada profissionalmente e orientada para resultados.

Outro ponto sempre importante a ser salientado, embora de difícil acerto no curto prazo, diz respeito aos custos da logística e do transporte. O frete para levar uma tonelada de Mato Grosso, via caminhão, para Santos e Paranaguá, varia de US\$ 60 a US\$ 100 (a partir de Sorriso, o custo sobe para US\$ 110,00), enquanto uma tonelada de soja colocada no porto vale US\$ 240. Imagine o caso do milho, cujo valor normalmente é a metade do da soja.

Até março, prevalecerão as apostas nas posições altistas, sustentadas principalmente nos preços do petróleo e nos seus

impactos sobre a concorrência de produtos biocombustíveis e alimentares. Na prática, as notícias fundamentais para tranquilizar os mercados serão o desempenho da lavoura no Brasil e na Argentina. Em ambos os países a sojicultura cresceu em área. Também haverá as primeiras indicações para o futuro plantio nos EUA.

Nos últimos tempos, os fundos, com enorme conotação especulativa, influenciaram os mercados. Com a volta à realidade dos fundamentos, haverá reversão no atual comportamento de Chicago, acompanhado de fortes baixas nos preços. ■

Relação entre os preços da soja por unidade

US\$/bushel	US\$/tonelada	US\$/saca de 60 kg	R\$/saca de 60 kg
550	202	12,1	21,80
600	220	13,3	23,90
650	239	14,2	25,60
700	257	15,4	27,70
750	275	16,5	29,70
800	294	17,6	31,70
850	312	18,7	33,70
900	331	19,9	35,80
950	349	20,9	37,60
1.000	367	22,0	39,60
1.050	386	23,2	41,70
1.100	404	24,2	43,60
1.200	441	26,5	47,70

Nota: US\$ 1 = R\$ 1,80

Safrá 2007/08

Cenário internacional de alta de preços

DURANTE 2007, os preços das *commodities* agrícolas chegaram ao auge em termos nominais. O índice de preços de alimentos está no mais alto nível. Em termos reais, os preços subiram intensivamente desde 2005.

Existem prós e contras com relação ao alimento mais caro, pois;

- Onera o orçamento dos consumidores, sobretudo em países pobres;
- Melhora a renda de produtores rurais e comunidades agrícolas;
- Incentiva o emprego e o crescimento econômico de muitas regiões rurais pobres;
- Causa a revisão das políticas públicas para o campo;
- Minimiza o impacto sobre moradores de favelas e trabalhadores sem-terra.

Para cada um destes pontos, cabe uma detalhada prospecção quanto à falta de segurança alimentar, pobreza rural e gestão ambiental. Mesmo com subsídios e barreiras comerciais, agricultores ocidentais perderam renda e não acompanharam o grau de eficiência exigido. Nenhuma política conseguiu reverter isso.

A agroinflação é produto de um ciclo paradoxal das políticas agrícolas. Nos EUA, os subsídios para o etanol compensam aqueles antigos, que estimulavam produção excessiva e reduziam preços. Agora, a Argentina propõe ao Mercosul taxar as exportações de alimentos. Outros países impõem controle de preços, e o avanço na área de lavouras pressiona o meio ambiente. As derivações correm por aí.

Uma sugestão para os seminários e discussões é sobre política governamental. Qual a de maior eficácia, aquela

Mundo: produção de grãos (milhões de toneladas)

Discriminação	2007/08	2006/07	Variação (%)
Trigo	602,3	593,7	1,4
Arroz beneficiado	420,5	417,7	0,7
Milho	769,3	703,9	9,3
Soja	221,6	235,6	-5,9
Farelo de soja	161,3	153,7	4,9
Óleo de soja	38,0	36,3	4,7
Grãos forrageiros ¹	1.054,3	980,6	7,5
Total de Grãos	2.077,1	1.991,9	4,3

¹ milho, sorgo, cevada, aveia, centeio e arroz beneficiado

Fonte: USDA



com intervenção via controle de preços e restrição às exportações ou a de subsídio de renda? Qual melhora a renda do campo?

O momento é oportuno para isso, diante da previsão de aperto dos estoques e de alta do preço dos principais produtos agrícolas. A relação entre o estoque final e o consumo vem em processo de queda nos últimos anos. Servem como exemplos dessa assertiva o milho, a soja e o trigo. Sem provocar surpresa, os relatórios mensais do USDA já estão precificados pelo mercado.

Milho versus soja

A soja, com o preço em alta, deverá ocupar a área do milho, mesmo com o aumento da demanda pelo grão. Só haverá área extra para plantio de milho nos Estados Unidos se forem ocupadas áreas de conservação, o que depende de liberação do governo.

Na bolsa de especulação, analistas apostam, em termos de área, para a safra 2008/09 no:

- Avanço da soja para 28,3 milhões de hectares, contra 25,8 milhões na última safra;
- Recuo no milho para 35,4 milhões de hectares, contra 37,9 milhões no ano anterior.

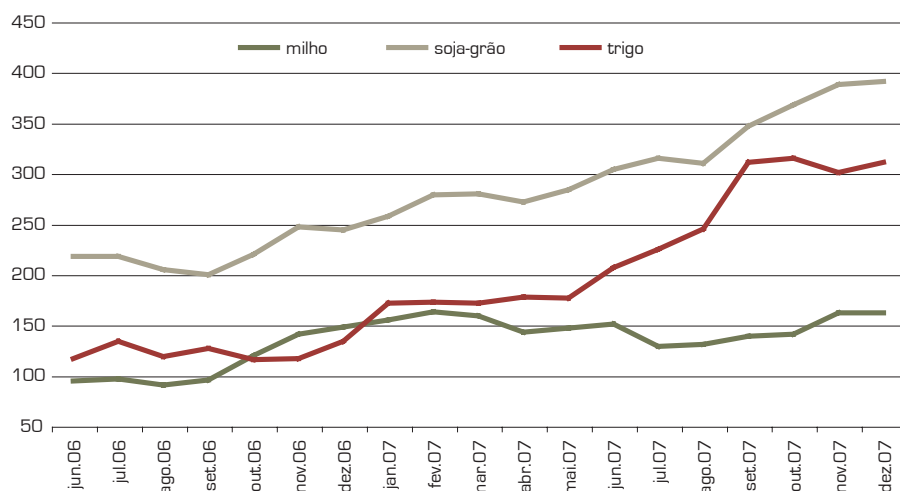
A soja tende a ser o produto de melhor preço em 2008, em torno de US\$ 14,50 o *bushel* nos próximos 12 meses. A média histórica é de US\$ 6,22 o *bushel*. Com base em uma safra normal na América do Sul e na futura dos EUA, seria natural um de recuo importante nesses preços. Porém, caso haja frustração climática, o quadro será dramático.

A curto prazo, a leitura do mercado foi positiva em pelo menos dois aspectos:

- A aprovação do novo Farm Bill pelo Senado estadunidense;
- A decisão dos fundos de se desfazerem de contratos de petróleo para apostar nos grãos.

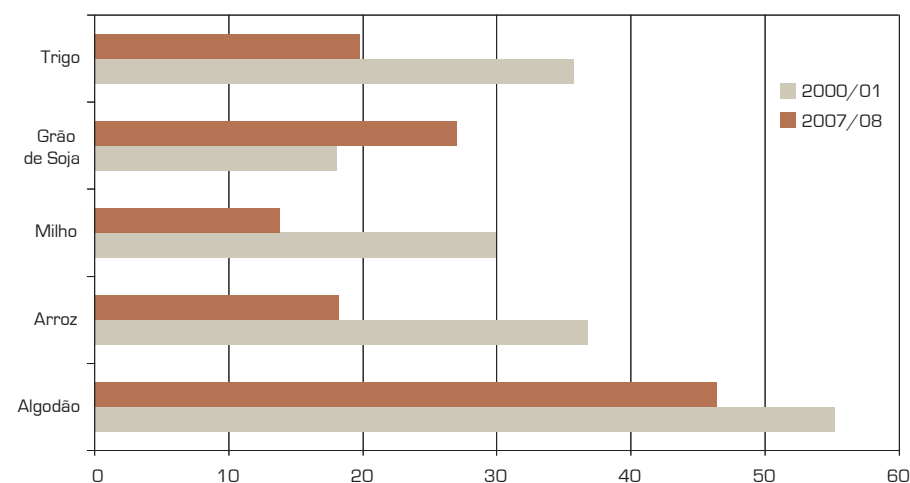
Com contágio similar, o trigo negociado em Chicago apresenta a maior variação positiva nos últimos doze meses, for-

Preços das *commodities* agrícolas em tonelada (US\$/tonelada)



Fonte: Bolsa de Chicago

Mundo: relação entre estoque versus consumo (%)



Fonte: USDA

temente impulsionada pelas quebras de safra em produtores importantes como Ucrânia e Austrália.

Com maior demanda mundial, baixos níveis de estoques e oferta mais reduzida, os contratos futuros apontam para elevação ao longo do primeiro trimestre do próximo ano, sempre acima de US\$ 8 por *bushel*. Além disso, há o risco dos estoques decrescerem ao nível de 100 milhões de toneladas, o menor dos últimos 29 anos. Há ainda o custo do transporte diante do aumento dos preços do petróleo. A con-

seqüência é uma inflação no preço do pão em muitos países.

De um modo geral, as cotações dos grãos atingiram um platô bem alto. Se não houver problemas na safra sul-americana ou uma explosão de demanda, sobra pouco espaço para novas altas, mesmo com a atuação dos fundos. Isso está longe de significar quedas significativas de preços. A volatilidade dos preços fica maior por causa da forte queda registrada na relação entre estoque e demanda. ■

Safrá 2007/08

Recomposição da renda no Brasil

A SAFRA 2007/08 traz expectativas de permanência dos patamares elevados de preços para o produtor comercializar a colheita, diante do ajustado balanço de oferta e demanda mundial.

Embora no mercado externo prepondera uma visão mais otimista, quando se trata de crescimento da demanda pelas *commodities*, internamente essa euforia é menos contagiante diante das projeções:

- De câmbio forte em relação ao dólar;
- Pressão de custo dos insumos, em particular os fertilizantes;
- Precariedade da infra-estrutura e logística no escoamento da produção.

O ano de 2007 deixa a marca de números espetaculares, seja na produção vegetal como na animal. Com excelentes condições climáticas, a colheita de cereais e oleaginosas foi generosa, não obstante a perda de área plantada. Nas carnes, mesmo com os embargos nas exportações, o resultado também foi favorável. Já em termos de rentabilidade, o resultado foi menos próspero: a relação de troca entre preços pagos e recebidos não foi tão compensadora. A grande subida nos preços ocorreu no segundo semestre, quando uma grande parte da produção já tinha sido vendida.

Consideradas as vilãs da inflação, as três grandes vedetes em termos de subida nos preços foram milho, soja e carne bovina. As razões variam. No caso das duas primeiras, a forte justificativa é externa, associada à febre do etanol nos Estados Unidos e à voraz demanda da China. Na carne bovina, o impacto de anos seguidos de abate de fêmeas e exportações crescentes.

Antes de qualquer julgamento repentino e de curto prazo, nessa tendência há que se reconhecer o papel dos alimentos no con-

trole inflacionário da economia brasileira em período recente. Essa situação não se podia perpetuar, sob pena diminuir drasticamente a renda do produtor.

O plano agropecuário anunciado pelo governo para a safra 2007/08 prevê no crédito rural a disponibilidade de recursos da ordem de R\$ 70 bilhões e a redução na taxa de juros anual de 8,75% para 6,75%. Nos dois últimos anos, com a crise de renda e o maior rigor na concessão dos empréstimos, sobraram verbas. Esse quadro poderá repetir-se novamente. Houve muita venda antecipada, principalmente na soja e no algodão, mediante contrato de recebimento de insumos e entrega da produção.

A recomposição de pelo menos uma parcela da renda do campo veio de forma providencial. O setor produtivo retoma as esperanças. As vendas de tratores e colheitadeiras aumentaram. As fábricas colocam novos produtos no mercado. Por sua vez, a

maior entrega de fertilizantes, em que pese o alto preço, é o sinal claro de uma melhoria no padrão tecnológico do processo produtivo. Com maior área plantada e melhor produtividade, a exuberância da safra 2007/08, junto com preços remuneradores, será a verdadeira redenção do setor.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), em R\$ milhões, cresceu 14,0% de 2006 a 2007, segundo a Confederação Nacional da Agricultura.

O cenário externo é favorável. Os contratos futuros nas bolsas internacionais de produtos primários assinalam preços firmes e altos, do ponto de vista histórico. Para a economia mundial, a previsão é de crescimento de 3,5% a 4,0%, notadamente nas regiões de grande contingente populacional. Com a tendência de aumento do consumo mundial de produtos agrícolas e o uso mais intenso de matérias-primas para biocombustíveis, as perspectivas mais favoráveis extrapolam para além de 2008.

Mesmo com tudo isso, paira a sensação estranha no setor produtivo de que, se não fosse a subida dos preços, a crise permaneceria instalada. Existem ameaças sensíveis para atrapalhar a repetição dos números conquistados em 2007. Mais que nunca, os recursos para os investimentos em defesa sanitária e a garantia da qualidade da carne nacional devem ficar livres de qualquer contingenciamento. ■

Valor bruto da produção agropecuária – VBP (R\$ milhões)

Produtos	2006	2007	Var. [%]
1. Agrícolas	107.615,3	124.685,4	15,9
Soja	24.717,5	30.648,5	24,0
Milho	11.715,4	17.548,9	49,8
Café Beneficiado	11.273,6	8.928,7	-20,8
Arroz	5.696,9	6.112,6	7,3
Algodão	2.768,3	4.065,9	46,9
Feijão	4.563,6	4.122,5	-9,7
Trigo	797,1	1.797,8	125,5
Outros	46.082,9	51.460,5	11,7
2. Pecuários	72.576,2	80.750,9	11,3
Carne bovina	32.375,3	32.813,3	1,4
Frango	17.173,9	21.093,9	22,8
Leite	13.021,5	15.993,7	22,8
Suínos	6.333,6	6.678,0	5,4
Ovos	3.671,9	4.172,0	13,6
Total	180.191,5	205.436,3	14,0

Elaboração: Confederação Nacional da Agricultura
Fonte: Produção – IBGE. Preços – FGV

Comércio Internacional

Novos paradigmas

PASSARAM A ser rotineiras as duras críticas formuladas pela mídia internacional em relação aos subsídios concedidos para a fabricação do etanol à base de milho. Essa política é apontada com uma das principais responsáveis pela alta de preço dos alimentos no mundo.

Em 2007, os biocombustíveis absorveram o recorde de um terço da colheita de milho nos EUA. Foram 30 milhões de toneladas correspondentes à metade da queda nos estoques globais do cereal. Há mais de 200 subsídios diferentes ao etanol americano, assim como uma tarifa de im-

portação de US\$ 0,54 por galão de etanol, para limitar a entrada de produto da concorrência, no caso prático, o brasileiro.

A história dos subsídios e das barreiras comerciais das últimas décadas revela um custo exorbitante. Por ano, US\$ 240 bilhões são gastos para apoiar os agricultores de países ricos, enquanto os impostos aumentam, a comida perde qualidade e as monoculturas de cultivo intensivo ganham espaço. Isso provocou superprodução, fraqueza nos preços mundiais e prejudicou os produtores de países agro-exportadores emergentes. De 1974 a 2005

os preços dos alimentos nos mercados mundiais caíram 75% em termos reais.

Se o aumento do preço dos alimentos representa uma séria ameaça para a estabilidade, especialmente dos países mais pobres, é uma enorme oportunidade para uma revisão global das políticas agrícolas tradicionais. A Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, ficou empacada nessa questão.

Os preços mais baixos dos alimentos desestimularam investimentos em agricultura e na infra-estrutura rural. Um quadro dramático para os países mais pobres, com três quartos da população vivendo no campo. Nos países em desenvolvimento, os recursos públicos para a agricultura caíram pela metade nos últimos 25 anos. Muitos países acostumados a exportar agora importam.

Um corte nos subsídios agrícolas pelos países desenvolvidos seria um caminho natural para reverter todo esse contexto.

As políticas agrícolas convencionais dos países desenvolvidos precisam urgentemente quebrar seu paradigma de associar umbilicalmente a segurança alimentar à independência alimentar. Essa visão limitada da soberania nacional não resolve o problema global de gerar alimentos nos quatro cantos do planeta. Estados Unidos e União Européia, ao contrário do início da Revolução Verde, na metade do século passado, não conseguirão mais, sozinhos, gerar excedentes de produção para atender à demanda global.

Nos últimos 40 anos, a população mundial dobrou. No mesmo período, a disponibilidade *per capita* de cereais ficou estável, a de oleaginosas quadruplicou e a de carnes cresceu 40%, enquanto a de madeira e lenha caiu 40%. Nos próximos 20 anos virão mais 2,0 bilhões de bocas para serem abastecidas.

É claro que o Brasil, ao lado de Rússia, Cazaquistão, Congo e Sudão, representam o conjunto de países onde estariam disponíveis terras para se plantar futuramente. Isso exigirá grandes investimentos em estradas, armazéns, portos, bem como na infra-estrutura das comunidades rurais. ■

Mundo: produção e demanda por alimentos e fibras (milhões de toneladas)

Produtos	Produção em 2005	Demanda em 2025	Produção adicional
Cereais	2.219,40	3.140,40	921,00
Oleaginosas	595,01	750,97	155,96
Perenes	242,81	321,99	70,18
Anuais	352,20	437,98	85,78
Carnes*	264,70	376,49	111,79
Aves	80,00	113,70	33,76
Suínos	103,40	146,80	43,60
Bovinos	63,50	90,40	26,30
Café	7,72	9,40	1,68
Fibras	28,50	36,37	7,87
Madeira	3.401,90	4.148,40	746,50

* Todas as carnes consumidas Fonte: FAO

Uso da terra no mundo (milhões de hectares)

Área	1961		2000	
	Total	%	Total	%
1. Total	13.055,50	100,00	13.066,70	100,00
2. Na agricultura	4.513,31	34,50	5.006,56	38,30
2.1. Cultivos anuais	1.276,56	9,70	1.396,28	10,69
2.2. Cultivos permanentes	89,66	0,70	135,08	1,03
2.3. Pastagens permanentes	3.147,09	24,10	3.475,28	26,60
3. Florestas naturais e plantadas	4.374,16	33,50	4.270,10*	32,70
4. Outros Usos	4.168,03	32,00	3.790,04*	29,00

* Dados ajustados Fonte: FAO

Censo 2006

Primeiras interpretações

O CENSO de 1996 registrou o acontecido em um interregno de tempo, a partir de 1986, marcado por um dos períodos mais prolongados de profunda crise na agricultura. Somente após as grandes renegociações das dívidas, na segunda metade dos anos noventa, com a Securitização, o Programa Especial de saneamento de Ativo (Pesa) e o Programa de Revitalização e Estruturação Financeira das Cooperativas (Recoop), a situação começou a mudar de figura. O Censo de 2006 capta muito dessa situação mais favorável.

Na segunda metade da década de noventa houve uma intensa reestruturação no agronegócio brasileiro. Grande parte das empresas de capital nacional da área de sementes, fertilizantes, tratores e colheitadeiras vendeu seus negócios a grandes incorporações internacionais. A exportação da soja em grão, com a Lei Kandir, de setembro de 1996, ficou isenta de Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS). Isso abriu espaço para a sua rápida expansão no Centro-Oeste. Em 2006, o Brasil exportou 10 milhões de toneladas da oleaginosa somente para a China.

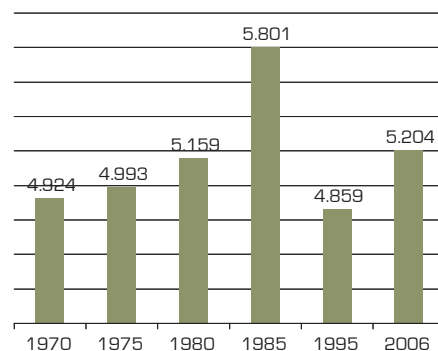
Já a partir de 2000, o agronegócio brasileiro faz decisivamente sua inserção no mercado internacional. As exportações saem de US\$ 19 bilhões e chegam a US\$ 49 bilhões em 2006. No *ranking* das exportações, as cadeias produtivas nacionais aparecem nos primeiros postos. Em 2003, é lançado no mercado interno o carro *flex fuel*. Um sucesso monumental, de repercussão internacional. Os biocombustíveis entram na agenda mundial e a cana-de-açúcar vive dias de glória.

O exercício de 2004 estanca o ciclo de euforia e de expansão. Com a sobrevalorização do real ante o dólar, as adversidades climáticas e o alto endividamento, a agricultura entra em fase de ajuste e transição. Nesse processo todo, o mapa da agricultura ganha novo contorno e carece de novos entendimentos. Além das exigências internas, extrapolam, agora, mais aquelas de natureza estrangeira. São as circunstâncias de um setor globalizado.

Maior número de estabelecimentos rurais

O número de estabelecimentos rurais aumentou e chegou próximo dos números apurados no Censo de 1980. O incremento foi de 344 mil unidades. Aparentemente, apesar dos números estarem agregados, não há justificativa lógica para esse comportamento. Diante das crises vividas pelo setor nas últimas décadas, e a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, a expectativa seria de ter ocorrido

Brasil: número de estabelecimentos rurais (mil unidades)



Fonte: Censo IBGE

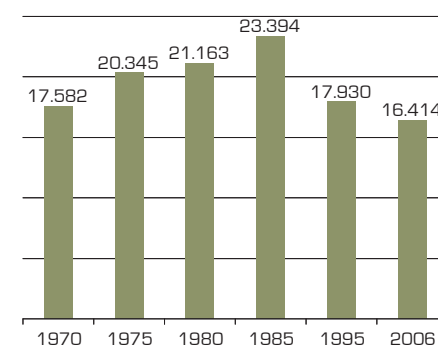
concentração em estabelecimentos de áreas maiores.

Uma das explicações a serem pesquisadas seria o impacto do processo de reforma agrária realizada no período. A classificação dos estabelecimentos rurais em termos de área, atividade explorada e a natureza da propriedade dariam muita luz à interpretação dessa questão. Certamente, esse processo não foi geral, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste, onde a pequena propriedade perdeu muito espaço.

Cai o número de empregos

Os dados preliminares sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em 31/12/2006, em relação ao Censo de 1995/1996, mostram redução de 8,5%. A queda, de 17,9 milhões para 16,4 milhões de pessoas, corresponde a uma baixa de 1,5 milhão. Essa tendência faz sentido diante da maior taxa de mecanização dos processos de produção da agricultura, com poupança crescente de mão de obra.

Brasil: pessoal ocupado na agricultura (mil pessoas)



Fonte: Censo IBGE



A participação relativa dos membros das famílias dos produtores subiu de 75,9% para 78,0%. Esse aumento foi generalizado no País, com exceções de certas áreas da Região Norte, em especial nos estados do Pará e do Amazonas. Os indícios para essa constatação passam certamente pelo apoio do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, mas com aporte crescente de recursos ao longo dos anos. Será interessante associar o aumento do número de estabelecimentos à natureza do tipo de proprietário.

O aumento da participação da mão-de-obra familiar no Nordeste, em especial na região que se estende de Alagoas ao norte de Pernambuco, parece refletir o assentamento de famílias de trabalhadores agrícolas em regiões tradicionais de lavoura de cana-de-açúcar. Exceção para o oeste baiano, onde em uma área de agricultura empresarial ligada à soja, introduzida ainda na década de 1980, foi verificada a maior proporção de empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor.

Maior potência no campo

Um dado, que no primeiro momento causa surpresa, diz respeito à redução da frota de tratores. Mesmo com uma pequena variação negativa de 15 mil, essa constatação merece uma prospecção mais profunda. As vendas das empresas de tratores revelam nos últimos anos uma tendência do fornecimento de unidades com maiores potência e capacidade de trabalho. Essa é uma das alternativas empresariais para dar ao estabelecimento rural mais escala de pro-

Brasil: utilização das áreas (hectares)

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras ¹	33.983.796	40.001.358	49.104.263	52.147.708	41.794.455	76.697.324
Pastagens ²	154.138.529	165.652.250	174.499.641	179.188.431	177.700.472	172.333.073
Matas e Florestas ³	57.881.182	70.721.929	88.167.703	88.983.599	94.293.598	99.987.620
Sub-total	246003507	276375537	311771607	320319738	313788525	349018017
Outras	48.141.959	47.520.545	53.082.814	54.605.191	38.822.721	5.847.517
Total	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	352.611.246	354.865.534

Fonte: Censo IBGE

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com de 50 pés em 31/12/2006

¹ Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e cadsas de vegetação e forrageiras para corte

² Pastagens naturais, plantadas (degradadas em boas condições)

³ Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal

Brasil: tamanho do rebanho (número de animais)

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Bovinos	78.562.250	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	169.900.049
Bubalinos	108.592	209.077	380.986	619.712	834.922	839.960
Caprinos	5.708.993	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.109.052
Outros	17.643.044	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	13.856.747
Suínos	31.523.640	35.151.669	32.628.723	30.481.278	27.811.244	31.949.105
Aves*	213.623	286.810	413.180	436.809	718.538	1.244.261

Fonte: Censo IBGE

* Inclui galinha, galos, frangas e frangos

Brasil: produção animal

Produção	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Leite vaca (mil litros)	6.303.111	8.513.783	11.596.276	12.846.432	17.932.249	21.433.748
Leite cabra (mil litros)		13.394	25.527	35.834	21.900	21.275
Lã (toneladas)	33.617	31.519	30.072	23.877	13.274	11.243
Ovos (mil dúzias)	556.410	878.337	1.248.083	1.376.732	1.885.415	2.732.407

Fonte: Censo IBGE

dução para a diminuição dos custos de produção.

Em razão do sucateamento da frota nacional de tratores, em março de 2000, foi lançado o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados à Colheitadeira, conhecido como Moderfrota. A agricultura precisava de investimentos em mecanização, mas vinha de um longo processo de descapitalização, devido aos planos heterodoxos de congelamento de preços de bens e salários nos anos oitenta até a implantação do Plano Real em 1994. De 2000 a 2004, as vendas de tratores estiveram sempre em alta e ajudaram o País a

conquistar sucessivos recordes na produção de cereais e oleaginosas.

Expansão da fronteira agrícola

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 mostram um aumento na área de lavouras de 83,5%, em relação ao Censo de 1996, enquanto a de pastagens reduziu-se em aproximadamente 3,0%. Esses números fortalecem os indícios em torno do modelo de crescimento do setor, baseado na expansão das fronteiras agrícolas, com a progressiva inserção do País no mercado mundial de produção de grãos (especialmente a soja) e da intensificação da pecuária.

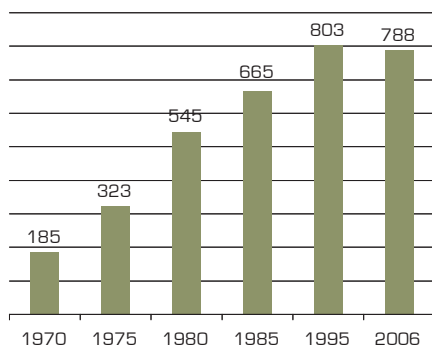
Na Região Norte, foi verificado o maior aumento relativo na área de lavoura, 275,6%. Os menores incrementos foram observados no Sudeste (50,0%) e no Sul (48,8%), regiões de ocupação mais consolidada. Em um patamar intermediário, estão as Regiões Centro-Oeste (95,6%) e Nordeste (114,7%). Especialmente no Nordeste, o crescimento de 114,7% verificado na área de lavoura pode ter decorrido de mudanças metodológicas entre os dois Censos. A leitura desse processo deve ser relativa, pois o Censo de 1996, em comparação ao de 1985, revela um recuo de 10,4 milhões de hectares na área de lavoura.

O Censo verificou crescimento da participação relativa da área de lavoura em relação às áreas de pastagem e florestas que, em 1970, era de 4,5; em 1995, 4,2; e passou para 2,2 em 2006. Vale destacar que, embora os resultados sejam preliminares, a alteração de patamar na relação entre área de lavouras e área de pastagens é muito significativa e representa uma grande mudança na utilização das terras do País.

Pecuária intensifica-se e caminha para o Norte

Como registrado no Censo anterior, o tamanho do rebanho mostra uma grande variação em relação ao divulgado anualmente pelo próprio IBGE. Isso tem implicação nos programas de sanidade animal desenvolvidos pelo governo, como, por exemplo, no combate à febre aftosa em termos de animais vacinados e concentração do rebanho. Isso cria desconfiância nos países importadores e acarreta problemas com a Organização Mundial de Saúde. Um ajuste e convergência dos números se faz mister há muito tempo.

Informação relevante diz respeito à interiorização e à intensificação da pecuária bovina por meio dos dados do Censo Agropecuário 2006. Houve ocupação de novas áreas no leste do Pará, em praticamente todo o estado de Rondônia e no

Brasil: frota de tratores na agricultura (mil unidades)

Fonte: Censo IBGE

Estrutura e montagem do Censo

As operações dos Censos 2007, que incluem o Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2007, começaram no dia 16 de abril de 2007 em todo o País. Para transmissão dos dados coletados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizou uma estrutura própria formada por 27 Unidades Estaduais e 534 Agências Municipais. Além disso, postos de coleta distribuídos em escolas, prefeituras e associações, cederam espaço aos recenseadores para descarregar e transmitir as informações à sede do Instituto, no Rio de Janeiro. A rede de coleta contou com 1.111 pontos com micro-computadores e acesso à *internet* por banda larga, 700 deles com transmissão via satélite.

A grande inovação tecnológica dos Censos 2007 foi a utilização pelas equipes de campo de cerca de 82 mil computadores de mão (Personal Digital Assistants – PDA), em substituição aos tradicionais questionários de papel. Dotados de equipamentos de GPS (Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global, em português).

Os PDAs possibilitaram aos recenseadores melhor localização nas áreas de coleta (setores censitários), bem como

a captação precisa das coordenadas geográficas de estabelecimentos agropecuários e dos domicílios associados. Anteriormente, o instrumento de apoio era apenas os mapas impressos. Dentre as vantagens da coleta eletrônica estão:

- A rapidez e agilidade nas entrevistas;
- O processamento das informações recolhidas;
- Comunicação dos resultados à sociedade.

Nesta edição do Censo Agropecuário 2006, houve uma ocorrência mais pronunciada da chamada coleta descentralizada. Esta modalidade permite a realização da coleta fora do estabelecimento, quando o produtor reside em outro município. A seguir o dado coletado é transmitido do PDA do recenseador para o supervisor lotado na área de coleta correspondente ao endereço do produtor.

Na verdade, a natureza preliminar dos dados deve-se, em parte, à futura agregação de números derivados da coleta descentralizada. Isso corresponde aos dados coletados em áreas distantes dos limites territoriais de coleta definidas para um recenseador, em função de o produtor residir em outro muni-

cípio ou até em outro estado. Há um processo não-usual de coleta. As informações concentram-se em quase 4 mil estabelecimentos, localizados principalmente nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Assim, as informações ora divulgadas poderão passar por alterações.

As áreas de lavouras incluem as lavouras temporárias, lavouras permanentes e terras em descanso, enquanto as áreas de matas correspondem às matas e florestas nativas, florestas plantadas e aquelas destinadas à preservação permanente ou reserva legal, e silvicultura. Já a área de pastagens inclui pastagens naturais e plantadas.

Na tentativa de levar ao público leitor mais informações sobre o processo de desenvolvimento e crescimento do setor agrícola nos últimos dez anos, em suas próximas edições, *Agroanalysis* trará, sistematicamente, matérias especiais com base em análises do Censo Agropecuário de 2006. É um esforço para enriquecer os debates, com análises e premissas para aprimorar as políticas públicas dirigida ao setor e levar às empresas do agronegócio informações para as tomadas de decisões e formulações estratégicas.

noroeste do Maranhão. Outra área de aumento na ocupação por bovinos é a faixa ao longo do Rio Amazonas e de alguns afluentes importantes, desde o norte do Pará até o norte do Acre.

Os outros grandes números indicam, na década 1996-2006, aumento de 7,1% no número de estabelecimentos agropecuários, redução de 8,5% do pessoal ocupado e aumento dos principais rebanhos: bovinos (11,0%), suínos (14,9%) e aves (73,2%). A divulgação dos resultados definitivos está prevista para outubro de 2008.

Nas áreas onde já havia desenvolvimento da pecuária, sobretudo, nos es-

tados de Minas Gerais, São Paulo, do Paraná, Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, o Censo Agropecuário indica a intensificação da atividade. De modo geral, no Centro-Sul, o percentual das áreas de pastagem diminuiu em relação às terras do estabelecimento. A explicação está relacionada ao avanço das lavouras. No Nordeste, apesar de não se verificar uma mudança claramente marcada na distribuição das áreas onde as pastagens prevalecem, verifica-se a mesma tendência de intensificação pelo aumento da densidade de bovinos.

Em relação aos últimos censos, o ritmo de crescimento da produção de leite caiu de 39,6%, de 1985 para 1996, e 19,5%, de 1996 para 2006. As bacias leiteiras de grandes estados produtores da Região Sul e de São Paulo perderam expressão. Muitas propriedades de excelente tecnologia abandonaram a criação e venderam seus plantéis de excelência genética. Sem rentabilidade, a atividade migrou para o Centro-Oeste. Das nove cooperativas centrais de leite localizadas em diferentes estados, a Itambé, em Minas Gerais, representa uma das raras exceções. ■

O PAPEL DA ÍNDIA no comércio agrícola mundial

Você está recebendo o segundo encarte, de uma série de quatro, que desvendam o setor agrícola do sudeste asiático. A edição passada foi dedicada à China. Na próxima teremos Indonésia e Malásia

Saulo Nogueira, pesquisador do Icone e André Meloni Nassar, diretor geral do Icone

SUMÁRIO

1. Introdução 34
2. Desafios do setor agrícola indiano 35
3. Tendências da produção agropecuária 36
4. Fatores de restrição ao crescimento da produção agropecuária..... 38
5. Mudanças fundamentais no consumo de alimentos na Índia 39
6. A barreira da logística entre o campo e o varejo de alimentos..... 40
7. Conclusão: a política agrícola da Índia e suas implicações para o comércio..... 41

ICONE
Instituto de Estudos do
Comércio e Negociações
Internacionais

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

1. INTRODUÇÃO

Na edição de dezembro de 2007 analisamos o papel da China no comércio agrícola mundial. Esta edição traz uma análise de outro gigante na produção agropecuária, a Índia. Gigantismo talvez seja uma das únicas características que aproximem Índia e China na agricultura. A arcaica estrutura de políticas da Índia e o baixo grau de desenvolvimento do setor agroindustrial são os grandes desafios dos indianos que, no caso da China, já foram superados.

A agricultura indiana lembra um carro com motor de alta potência numa corrida automobilística, porém engatado na primeira marcha e atrapalhando os outros carros. Enquanto os setores de serviços e a indústria têm atraído atenção mundial, a agricultura indiana, baseada em subsistência, dependente de intervenção governamental e com um setor agronegócio pouco desenvolvido, causa muito atrito com os países em desenvolvimento que buscam a liberalização comercial agrícola. Sua postura defensiva nas negociações comerciais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio reflete o resultado da adoção de políticas intervencionistas que distorcem o setor produtivo e que visam a “proteger” seus agricultores. O que se torna claro após uma análise das estratégias de política da Índia é que, embora as políticas sejam voltadas a garantir a sobrevivência dos produtores e o abastecimento de alimentos a baixos preços para os consumidores, ambos perdem no longo prazo. As políticas indianas de subsídios aos insumos, controle de preços ao produtor e ao consumidor e de restrições ao uso da terra, são o mais forte entrave para o desenvolvimento de uma agricultura integrada aos mercados, respondendo a demandas do consumidor e com capacidade de viabilizar-se e de atrair investimentos. Fica claro que essas políticas estão criando um fosso entre o setor varejista, que está se desenvolvendo rapidamente, seguindo as demandas da nova classe consumidora indiana, e o setor agropecuário, que não consegue acompanhar o processo de forma sistemática e integrada.

Este texto mostra que o grande gargalo do setor agrícola da Índia são as políticas agrícolas. A Índia faz uso de instrumentos de política que foram abandonados no Brasil há mais de 20 anos. Já há políticos, consumidores e grupos empresariais indianos que enxergam os efeitos negativos das políticas existentes em seu país e estão lutando para emendá-las. Porém, a batalha não é fácil devido ao atrativo político da retórica de “proteger os 700 milhões de pessoas vivendo na zona rural contra as importações subsidiadas”.

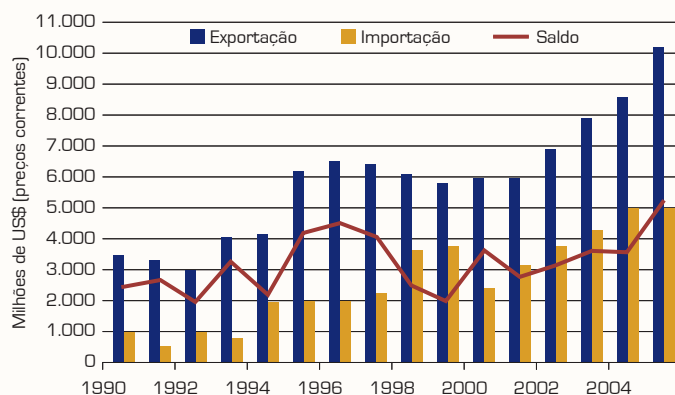
A Índia tem sido o líder dos países em desenvolvimento protecionistas nas negociações da Rodada Doha, organizados em uma coalizão chamada G-33. Os argumentos indianos refletem a dicotomia das políticas do país: garantir renda aos produtores e, ao mesmo tempo, garantir suprimento de alimentos com baixo custo para os consumidores. Sob o argumento de que os países em desenvolvimento têm o direito de

ser soberanos na segurança alimentar, e que a sobrevivência dos meios de subsistência dos pequenos produtores não pode ser ameaçada pelo comércio internacional, o país defende na Rodada a criação de mecanismos para evitar a abertura comercial do seu setor agrícola (produtos especiais e mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento). Esses mecanismos são objeto de grande preocupação para o agronegócio brasileiro. Além disso, a Índia já mostrou ser capaz de usar políticas que distorcem o mercado internacional por meio de subsídios às exportações. A bola da vez é o açúcar, mas o país já havia subsidiado as exportações de trigo no início dos anos 2000.

Realmente, a Índia tem sido um dos principais defensores das flexibilidades nas fórmulas de abertura comercial agrícola na Rodada Doha, o que certamente poderá prejudicar, ou até anular, os ganhos das negociações comerciais. O objetivo do governo indiano é aumentar as exportações agrícolas do país e manter controle sobre as importações, facilitando apenas a entrada dos produtos cuja produção nacional não atende à demanda.

De outro lado, o baixo nível de desenvolvimento do setor também apresenta oportunidades de comércio e investimentos estrangeiros. Como elaborado no decorrer do texto, a infraestrutura precária requer muito investimento para adaptar a logística de alimentos aos produtos sensíveis às altas temperaturas. Os sistemas de gerenciamento de transporte, de armazenagem e distribuição de alimentos também podem ser “importados” por empresas estrangeiras, pois as nacionais não têm conhecimento ou experiência na área. As multinacionais do varejo alimentício já estão investindo na cadeia produtiva desde o campo até os supermercados. Cabe saber se esta será a tendência nos próximos anos, ou se o governo ou as cooperativas investirão nessa área também. No entanto, tudo indica que nesse ritmo as empresas estrangeiras terão oportunidades para investir nas áreas de serviços agrícolas, assim como na logística de alimentos perecíveis do campo até as cidades, assim como na área de varejo, praticamente inexistente nas cidades.

Crescimento do comércio agrícola



Fonte: Ministério de Comércio e Indústria, Índia. Departamento de Comércio

Uma outra oportunidade está relacionada ao tema dos biocombustíveis. Diante de um cenário de crescimento do consumo de alimentos e de biocombustíveis, na medida em que o país está adotando misturas de biodiesel e etanol crescentes nos combustíveis fósseis, a demanda por terra e água para agricultura na Índia deverá ser intensificada no futuro. No entanto, o país carece de ambos os recursos naturais. Ainda há incertezas se a Índia vai importar alimentos e utilizar mais terra para produzir biocombustíveis ou se vai optar pelo modelo oposto. No entanto, fica claro que ela será obrigada a importar *commodities* agrícolas em volumes maiores do que tem importado até hoje.

2. DESAFIOS DO SETOR AGRÍCOLA INDIANO

Com um meio rural onde ainda vivem cerca de 700 milhões de pessoas, o baixo nível de desenvolvimento do setor agrícola indiano causa surpresa para um expectador externo. Um mergulho no setor agrícola do país nos faz perguntar como uma agricultura de subsistência - com um nível muito baixo de industrialização e mecanização, sem cadeias de suprimento de alimentos organizadas para o setor varejista, que não possui um mercado de terras desenvolvido, que a distribuição dos lotes de terra foi toda administrada pelo Estado, onde sistemas de arrendamentos estão sujeitos a fortes restrições legais - será capaz de produzir os alimentos demandados por uma crescente classe com poder de consumo que, segundo estimativas, passará dos atuais 40% dos domicílios para 60% nos próximos dez anos.

A agricultura indiana vive um momento de mudanças e de reflexão sobre o futuro das suas políticas agrícolas. Os grupos que reconhecem que o agronegócio indiano precisa se desenvolver respondendo às novas demandas do consumidor urbano, sendo capaz de organizar cadeias de suprimento para o setor varejista, pedem por reformas profundas nas políticas agrícolas e nas legislações que inibem investimentos e impedem a integração dos produtores no mercado livre. Essa é a posição dos grupos organizados agrícolas. Da parte dos políticos e do governo indiano, entretanto, as resistências em reformar o modelo atual e desregulamentar os mercados de produtos agrícolas são enormes. A importância dos mercados públicos regulamentados na Índia é tão grande que eles têm um nome de batismo na língua local: *mandis*. Assim, a Índia vive um momento de reflexão sobre suas estratégias de política, sendo crescente a percepção de que as políticas precisam ser reformadas, mas os formuladores de política, preocupados com o peso político de milhões de agricultores, querem evitar ao máximo que as reformas promo-

vam êxodo rural e levem a uma marginalização ainda maior de agricultores não-eficientes.

O Ministério de Agricultura terá de tomar decisões importantes e complicadas nos próximos anos. Por influenciar diretamente cerca de 58,4% da força de trabalho da Índia (268 milhões de habitantes), as políticas agrícolas requerem muito cuidado na sua formulação. Até hoje, a estratégia foi suportar a produção agrícola com pesados subsídios para compra de insumos (fertilizantes, irrigação e sementes), visando a incentivar o produtor a adotar tecnologia e, assim, aumentar a produtividade, e um sistema de preços mínimos acoplado a compras governamentais com o objetivo de garantia de renda. Essas políticas incentivaram os produtos cobertos pela política (cereais para alimentação, feijões, algodão e açúcar) que passaram a predominar na produção agrícola.

Ao mesmo tempo, as restrições legais quanto ao uso, distribuição e arrendamento de terras afeta adversamente os investimentos, sobretudo aqueles de longo prazo. Esse é um dos maiores entraves para que o crescente varejo consiga organizar cadeias de suprimento. Reformas nas legislações que restringem o uso da terra e a desregulamentação dos mercados públicos é condição necessária para desenvolver o setor agrícola indiano. As políticas atuais não oferecem os incentivos necessários para o produtor rural atender às novas demandas do público urbano com maior poder de consumo, que busca alimentos com maior valor agregado.

Existe uma idéia de investir na produção agrícola de alto valor agregado para amenizar o êxodo rural e melhorar a renda dos agricultores familiares. Essa proposta, no entanto, exige muitos investimentos e um tempo de adaptação, e pode não ser capaz de atender às necessidades da população urbana indiana, mesmo que conte com o apoio dos políticos protecionistas. O desenvolvimento de políticas de estímulo à produção de produtos de valor agregado, por sua vez, não deverá ser acompanhado por reformas substanciais na política de sustentação de preços e renda. As posições protecionistas da Índia na Rodada Doha comprovam que o país não tem interesse em assumir compromissos na OMC que o levem a reformar suas políticas tradicionais. Essa reforma pode até ocorrer, mas será feita por pressões e incentivos internos.

As distorções causadas pelos instrumentos de política (subsídios a insumos e preços garantidos) incentivaram o crescimento da produção de alguns produtos em detrimento de outros. O caso típico são as oleaginosas. Os indianos são grandes consumidores de óleos vegetais, mas não foram capazes de desenvolver a produção de soja e palma para atender à demanda local. A necessidade de importar certos itens para atender à demanda interna indica que a Índia provavelmente terá de continuar importando certos produtos durante o período de reforma do setor. Ademais, o risco crescente de falta de recursos naturais ameaça a produção agrícola indiana, tornando assim a oferta do exterior mais importante.

3. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A agricultura tem sido a preocupação dos políticos indianos devido ao seu baixo desempenho na última década e a enorme ocupação de mão-de-obra alocada no setor. O governo indiano tinha metas de crescimento de 4% ao ano no setor agrícola que não foi cumprida. O resultado é que o setor vem perdendo participação no PIB total. Era 31% em 1992 e caiu para 20% em 2005. A tendência de queda na participação era esperada na medida em que outros setores mais dinâmicos na economia tendem a crescer com maior vigor. A maior preocupação do governo, no entanto, é o fato de que quase 60% do nível total de emprego ainda está na agricultura, mostrando que há um desequilíbrio entre a geração de riqueza no setor e a ocupação de pessoas. Assim, políticas orientadas para gerar emprego no setor não terão sucesso.

A composição da produção agrícola mudou entre 1992 e 2005: a pecuária cresceu de 23% para 26%, frutas e legumes cresceram de 13% para 16% enquanto os outros produtos, incluindo os cereais para alimentação, caíram de 60% para

53%. Isso mostra a crescente importância dos produtos de alto valor agregado. De outro lado, a baixa atuação dos setores de grãos, cereais e oleaginosas deve-se, entre outros fatores, à falta de terra e às baixas produtividades, a despeito dos subsídios para insumos. Devido ao tamanho populacional e às políticas de distribuição de terras, todas as terras cultiváveis estão ocupadas por pequenos agricultores. Portanto, a estrutura fundiária indiana é caracterizada por pequenas propriedades familiares, com tamanho médio de 1,4 hectare. Certamente a alta eficiência na produção agrícola torna-se algo impossível nessas condições.

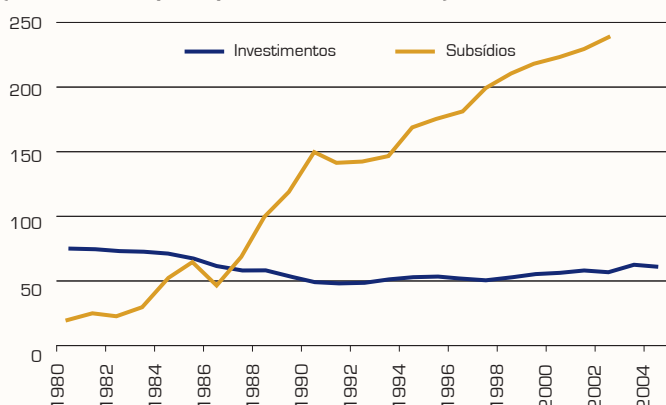
O setor pecuário na Índia se concentra na produção de leite, carne de búfalo e carne de frango. Os maiores gargalos para a produção pecuária são a logística e a falta de cadeia de frio para conservação e embalagem das carnes, além dos controles sanitários e fitossanitários que garantam a segurança dos alimentos. A produção de frango tem crescido num ritmo elevado nos últimos anos, chegando a 1,9 milhão de toneladas em 2005, enquanto a de carne de búfalo cresce num ritmo estável, tendo alcançado 1,5 milhão de toneladas em 2005. Enquanto um quarto de toda produção da carne de búfalo é exportado, o mesmo não

Contribuição por setor no PIB da agricultura e da pesca (1992-93 e 2005-06)



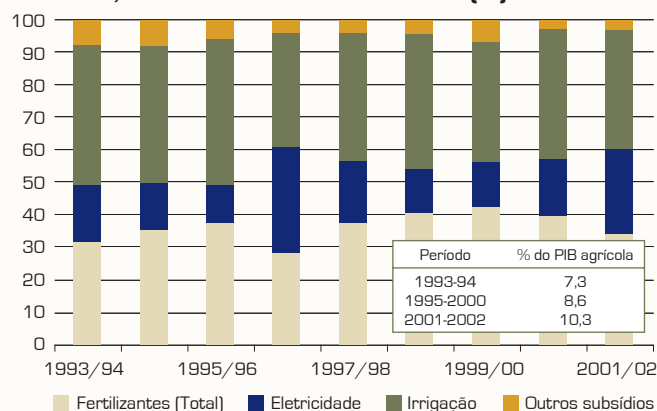
Fonte: Central Statistics Organization (CSO), 2007

Investimentos e subsídios na agricultura indiana (bilhões de rupias, preços de 1993-94)



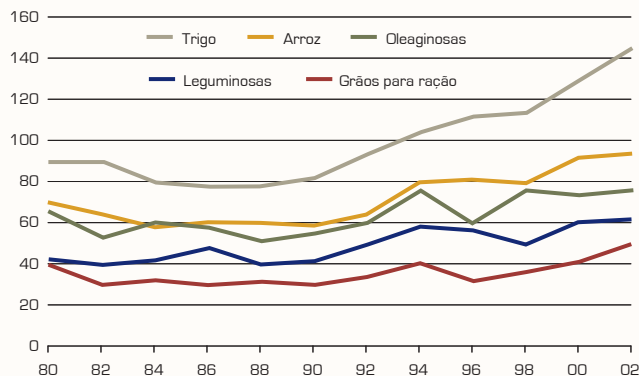
Fonte: Gulati and Narayanan (2003) e National Account Statistics

Distribuição dos subsídios aos insumos (%)



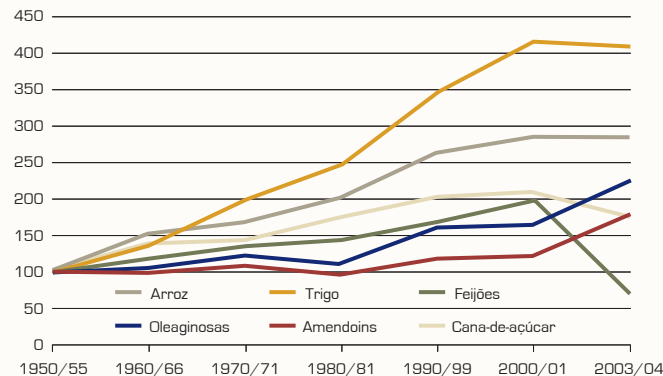
Fonte: Gulati and Narayanan (2003)

Valor dos subsídios por hectare para os produtos agrícolas (mil rupias/ha)



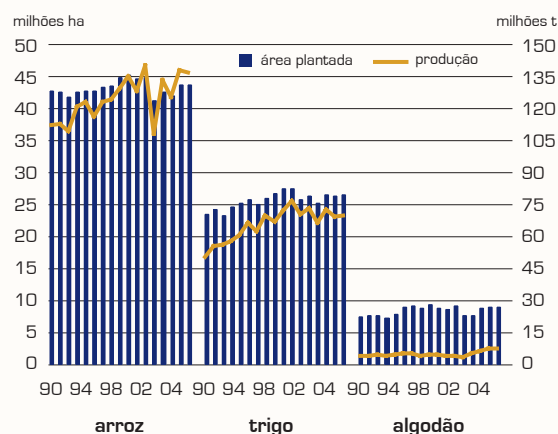
Fonte: Connell, et al. (2004)

Evolução da produtividade (base 100=1950-55)

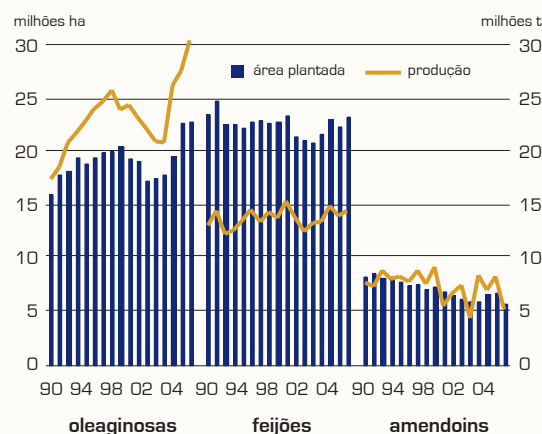


Fonte: Mittal (2006)

Produção e área plantada de cereais e outros



Fonte: Fao



ocorre com o frango, com baixa exportação, devido ao custo em comparação ao mercado internacional. Com exceção dos peixes, essas são as principais carnes consumidas. O consumo dessas carnes deverá aumentar devido a mudanças na dieta do consumidor indiano, que deverá se aproximar dos hábitos ocidentais, e também à chegada das próximas gerações, em que a influência religiosa tende a ser amenizada.

As políticas agrícolas indianas das últimas décadas focaram o abastecimento dos principais cereais consumidos pela população: arroz e trigo. Os especialistas indianos argumentam que os subsídios de preço mínimo ofereceram um apoio exagerado aos agricultores, ao ponto de eles não se esforçarem para aumentar a produtividade, pois a renda garantida é razoável. Podemos perceber o resultado dessas políticas quando verificamos que a produção de outros produtos importantes na dieta indiana, como feijão e oleaginosas, não acompanhou a demanda nacional, tanto é que o país precisa importar os dois itens.

A análise da área plantada dedicada aos dois principais produtos da cesta básica, arroz e trigo indica que a área se estabilizou a partir dos anos 90. O feijão e o amendoim, ou-

tros dois produtos da cesta básica, apresentam tendência de queda na área e na produção. Tendência inversa é observada no algodão, que passa a se expandir nos anos recentes, e nas oleaginosas, que tiveram o melhor desempenho entre todos os produtos. Com exceção das oleaginosas, não houve ganhos relevantes de produtividade no período de 1990 a 2006. Esses dados comprovam que as políticas de suporte ao uso de insumos não estão surtindo efeito em termos de ganhos de produtividade e eficiência produtiva.

A produtividade na Índia é baixa pelos padrões mundiais. Por exemplo, arroz, trigo, milho, algodão e oleaginosas tiveram produtividade abaixo da média mundial em 2005-06. Enquanto a diferença entre a produtividade indiana e a mundial é pequena no trigo e arroz, o índice chega a ser menos da metade nos casos do milho e das oleaginosas: 2 toneladas de milho por hectare na Índia contra 5 no mundo, e 1 tonelada de oleaginosas por hectare na Índia contra 2 no mundo.

Um fator que influencia as decisões de plantio agrícola é a restrição à comercialização dos produtos nos estados onde são cultivados e seu transporte para outros estados. Duas políticas

criam esse problema: a Essential Commodities Act (ECA), que restringe a venda de produtos em outros estados, e a Agricultural Produce and Market Committee Act (APMC), estabelecida nos anos 60, que exige que os agricultores vendam seus produtos nos mercados públicos regulados, isto é, mercados controlados. A idéia por trás dessa política é de que ela evitaria investimentos do setor privado, visando a unir os produtores nos canais de comercialização. Para tentar controlar a produção, movimentação e venda dos grãos, o governo criou o FCI (Food Corporation of India) para comprar alimentos, armazená-los e vendê-los com preços subsidiados nas lojas do Sistema Público de Distribuição. A estatal fornece os grãos para os estados onde a produção não supre a demanda, usando os estoques em excesso dos estados produtores. Essas políticas estão sendo alteradas paulatinamente, visando a flexibilizar o mercado de alimentos.

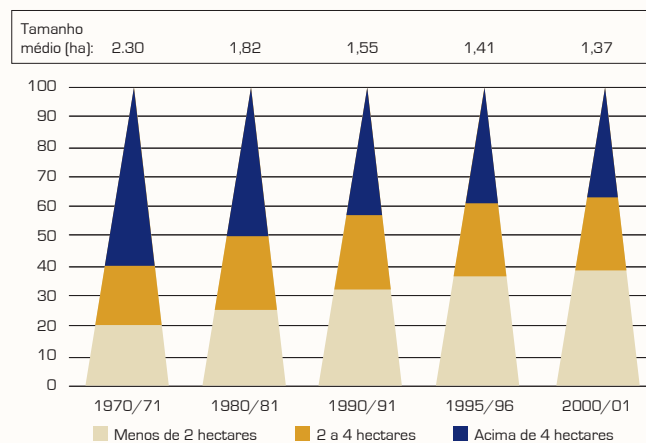
4. FATORES DE RESTRIÇÃO AO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A Índia enfrenta um problema crescente de escassez de água e terra que, dizem especialistas indianos, será um limite para a expansão da capacidade produtiva. A falta de terra é devido ao tamanho da população que vive predominantemente nas zonas rurais. As políticas de distribuição de terras levaram as famílias rurais a viverem em terrenos agrícolas cada vez menores, espalhados pelo território, deixando pouco espaço para expansão.

Durante a Revolução Verde, o governo subsidiava, incentivava e distribuía gratuitamente fertilizantes a fim de aumentar a produtividade. Essa política continuou durante os anos e permanece até hoje, apesar de oferecer menos incentivos. O resultado foi o abuso no uso de fertilizantes pelos milhões de agricultores, muitas vezes sem noção dos possíveis efeitos colaterais para o solo a longo prazo. Existem hoje regiões onde a terra tornou-se menos produtiva e seus aquíferos estão contaminados. Mesmo com as iniciativas governamentais de educar os agricultores no uso moderado dos fertilizantes, grande parte das fazendas de subsistência continua despejando quantidades absurdas deles com a esperança de recuperar a fertilidade do seu solo.

Os recursos hídricos também estão sendo esauridos pelos agricultores, que contam com subsídios para a compra de bombas elétricas para extrair água do subsolo, sem precisar pagar por elas. Essa política, mesmo tendo uma função de levar água aos agricultores familiares pobres, tem tido também repercus-

Evolução da estrutura fundiária na Índia (%)



Fonte: Censo Agrícola Índia

sões danosa nos aquíferos da Índia. Foram registradas quedas de até 5 metros por ano nos níveis dos poços de água em vários estados nos últimos anos. Os jornais relatam inúmeros casos de agricultores suicidas que não conseguiam manter suas plantações por falta de água.

Alguns acham que será preciso cobrar taxas pelo uso da água e eletricidade, pois atualmente não são cobertos nem 20% do custo de distribuição de água e 10% dos custos da eletricidade. No caso dos fertilizantes, o subsídio, pago diretamente à indústria de fertilizantes, cobre metade do custo do produto, permitindo assim ao agricultor comprar pela metade do custo de mercado.

O problema da água torna-se mais crítico nas grandes lavouras dependentes de irrigação, localizadas em regiões com pouca chuva. As regiões no Norte e Nordeste da Índia também sofrem devido ao efeito das monções, períodos de chuva intensa, que prejudicam a lavoura. Além disso, as regiões com recursos hídricos poluídos ou ameaçados ficam nas áreas agrícolas mais produtivas, como Uttar Pradesh e Maharashtra. Os três estados, Uttar Pradesh, Rajasthan e Punjab, cujos recursos hídricos têm alta poluição e risco de escassez, representam 28% da produção nacional.

O último fator de restrição à expansão da produção agrícola indiana é a estrutura de produção. A maioria das propriedades agrícolas indianas é de menos de 2 hectares. O tamanho médio das propriedades em 2000 era de 1,37 hectare, tamanho que impede a produção eficiente em larga escala. Somente cinco dos 28 estados indianos permitem aos agricultores arrendar suas terras. Alguns estados permitem o arrendamento em situações específicas, enquanto outros estão propondo mudanças nas suas legislações a fim de facilitar o arrendamento de terras agrícolas. Isso permitiria uma produção agrícola com propriedades de maior tamanho, elevando a rentabilidade de alguns produtos e permitindo ganhos de eficiência na produção.

Os problemas de falta de terra e água poderiam ser amenizados com a melhoria do uso da terra por meio da utilização da rotação no cultivo ou de produtos que requerem menos terra. No caso da água poluída, haverá dificuldade de despoluir os rios e aquíferos. Mesmo assim, o uso da água de poço pode ser mais bem controlado, assim como restrições podem ser aplicadas no uso de fertilizantes nas áreas irrigadas, visando a minimizar as chances de poluir os aquíferos. As autoridades enfrentam grandes dificuldades em efetuar tais políticas devido ao costume de fornecer água gratuitamente e devido à baixa escolaridade dos agricultores, menos capazes de pensar nos efeitos de longo prazo das práticas atuais de cultivo.

5. MUDANÇAS FUNDAMENTAIS NO CONSUMO DE ALIMENTOS NA ÍNDIA

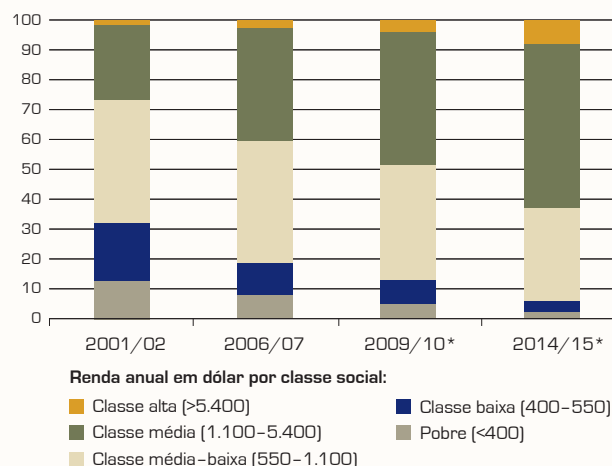
A dieta indiana é interessante por ser peculiar e ter influência cultural da religião predominante no país, o hinduísmo. Carnes não devem ser consumidas e, assim, a população precisa buscar proteína em outras fontes, como as leguminosas (feijão, soja etc.) e lácteos. Assim, os principais itens consumidos pela massa da população são o arroz e os legumes, ambos servidos quentes (no Norte do país o trigo substitui o arroz). No entanto, essa dieta tem mudado paulatinamente na zona rural, e com rapidez nas cidades. Entre 1983 e 2005, os gastos com alimentos caíram nas duas zonas, representando uma parcela menor dos gastos totais dos domicílios indianos.

A participação dos cereais caiu nas zonas rural e urbana enquanto os lácteos, legumes, ovos, pesca e carnes cresceram de importância. Isso reflete a diversificação das dietas urbanas e rurais, onde a população busca se alimentar com uma maior variedade de produtos, cujo acesso foi melhorado devido ao aumento de renda. Esse fenômeno, chamado de efeito graduação, pelo qual a maioria dos países da América Latina já passou, está evidente na Índia onde a renda *per capita* vem crescendo rapidamente nos últimos anos.

Mesmo que comer carnes seja um tabu para algumas castas hindus, uma parcela cada vez maior dos indianos começou a incorporá-las às suas refeições. Enquanto quase ninguém consome a carne bovina ou suína, as carnes de búfalo e de frango são consumidas. O consumo de frango cresceu duas vezes no campo entre 1993-94 e 2004-05 e três vezes nas zonas urbanas durante o mesmo período. Enquanto o consumo anual de frango *per capita* era de 0,2 kg em 1980, em 2005 esse valor cresceu para 1,8 kg.

Então, se por um lado os cereais tiveram uma participação menor com o passar do tempo nas zonas rural e urbana, por

Crescimento da classe com poder de consumo (%)



Fonte: Government of India, 2005, NCAER. * Previsão

Gastos com alimentos nas zonas rural e urbana

	Participação no gasto total com alimentos (%)			
	Rural		Urbano	
	1983	2004-05	1983	2004-05
Cereais, feijão etc.	55,3	38,7	38,6	29,0
Lácteos	11,5	15,4	15,7	18,6
Ovos, pesca e carne	4,6	6,0	6,1	6,4
Legumes	7,2	11,1	8,4	10,5
Frutas e nozes	2,1	3,4	3,6	5,3
Outros	19,3	25,4	27,6	30,2
Parcela dos gastos com alimentos no gasto total	65,6	55,0	59,1	42,5

Fonte: NSSO (2006)

Projeção de demanda por alimentos (em milhões de toneladas)

	2000	2015	2025	Crescimento de 2000 a 2025 (%)
Grãos	169,2	199,6	214,7	26,9
Oleaginosas	8,0	10,6	12,1	51,3
Legumes	60,8	106,3	139,1	128,8
Frutas	39,1	69,3	91,5	134
Leite	66,6	111,3	142,4	113,8
Carne	4,5	8,9	12,4	175,6
Ovos	1,5	2,9	4,1	173,3
Pesca	5,4	10,7	14,8	174,1

Fonte: Kumar, 2007

outro, os demais alimentos tiveram uma participação maior nos gastos alimentícios, entre eles lácteos, ovos, carnes, legumes, frutas. A parcela dos gastos totais dos domicílios com alimentos caiu nas zonas rurais e urbanas graças ao aumento na renda total. A demanda é marcante em todos os itens, especialmente nas carnes, frutas e legumes, com crescimento acima de 130% em 25 anos.

A população urbana tem crescido rapidamente na Índia, passou de 219 milhões em 1990 para 323 milhões em 2005, e a sua parte com renda mais elevada tem demandado alimentos de maior valor agregado e processados de fácil preparação. A razão principal é o estilo de vida urbana, que oferece menos tempo para refeições e por causa da vontade de consumir alimentos mais consumidos no Ocidente. Em linha com esse raciocínio, a população urbana quer ter acesso a lojas de alimentos mais modernas, como supermercados. Até recentemente, não existiam supermercados no país, e os alimentos, principalmente grãos e legumes, eram vendidos em pequenas lojas distribuídas pelas cidades, com uma infra-estrutura básica, sem refrigeração. A dieta indiana valoriza as refeições feitas com ingredientes frescos, portanto as compras são de pequenas quantidades e com muita frequência. No entanto, com o crescimento de renda, as famílias indianas estão conseguindo comprar geladeiras e, portanto, podem comprar alimentos congelados e refrigerados.

Em 2005 surgiram os primeiros supermercados, localizados em Nova Deli e Calcutá e, desde então, lojas estão surgindo rapidamente em várias cidades país afora. Os consumidores indianos estão se acostumando com as modernas formas de varejo, em que o cliente pode encontrar uma maior variedade de alimentos, com embalagens mais elaboradas. Uma área de forte crescimento são os investimentos estrangeiros na área de varejo de alimentos, assim como na logística da cadeia de fornecimento dos produtos das fazendas até o consumidor final.

6. A BARREIRA DA LOGÍSTICA ENTRE O CAMPO E O VAREJO DE ALIMENTOS

Diretamente ligado ao crescimento de consumo de alimentos diferenciados pela população urbana está a questão da logística entre as fazendas e o varejo nas zonas urbanas. Devido à tradição de comer produtos que não precisam ser congelados ou mantidos em temperatura baixa, a logística dos produtos agrícolas nunca se preocupou com refrigeração. Muitas vezes os legumes são transportados em caminhões abertos, que percorrem centenas de quilômetros até às cidades. Ademais, os produtos são embalados nas condições mais precárias, sendo comum o

uso de jornal velho para embrulhar as frutas ou legumes antes de carregar os veículos de transporte rodoviário ou ferroviário.

Isso foi um problema para as primeiras redes multinacionais de varejo de alimentos, pois precisavam transportar os alimentos e preservar a sua qualidade até as gôndolas dos supermercados. Essas empresas precisaram importar caminhões com refrigeração e usar embalagens mais condizentes com os produtos de maior valor agregado que estavam querendo vender nas cidades indianas.

Hoje, existe maior clareza sobre a demanda por transporte refrigerado, e algumas empresas estão investindo para montar esses caminhões dentro do país para não precisar importá-los. No entanto, somente as multinacionais tomam essa iniciativa e as empresas indianas devem demorar mais tempo para investir em uma logística adequada para esse tipo de mercadoria. Com as atuais taxas de perda de alimentos durante o transporte até chegar às lojas, os revendedores de atacado e as transportadoras continuam operando com custos pesados e, assim, mantendo os preços dos produtos finais bastante elevados.

O governo tem incentivado melhorias no setor de processamento de alimentos, oferecendo reduções nos impostos dos investimentos no setor, na importação de refrigeradores e de produtos para logística até o varejo. Em relação a venda de alimentos entregues nos domicílios, o número de estabelecimentos cresceu de 30% para 70% de 2005 para 2006, enquanto suas vendas subiram de 15% para 42%. No varejo de alimentos o crescimento foi diferente: o número de estabelecimentos caiu de 100 para 62, sua presença subiu de 18% para 70%, e suas vendas de 8% para 42% no mesmo período. Fica claro que o varejo organizado está em plena ascensão e resta saber se o sistema logístico vai acompanhar esse ritmo.

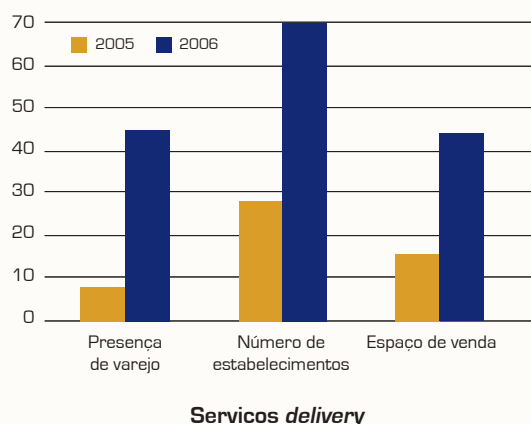
Os lácteos e a carne de búfalo já têm um nível relativamente alto de processamento, enquanto os outros produtos apresentam níveis mais baixos. No entanto, a situação deverá mudar até 2015, quando 15% das frutas, 20% da pesca e 25% do frango deverão ser processados antes de ser vendidos para os clientes finais. Os produtos processados precisam de uma logística própria para mantê-los em temperaturas baixas.

Processamento de alimentos

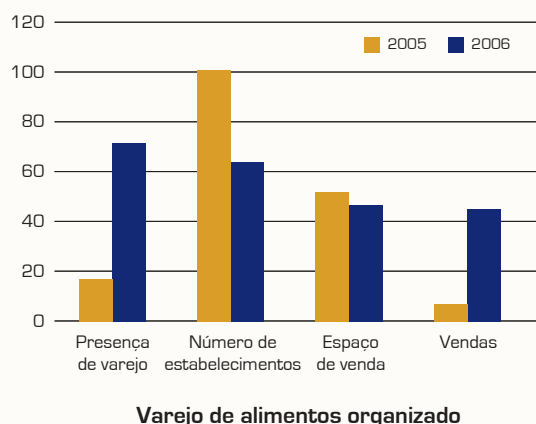
	Nível de processamento [%]		
	2003-04	2009-10	2014-2015
Frutas e Legumes	1,4	10	15
Lacteos	13	25	30
Carne de buffalo	21	35	45
Frango	6	15	25
Pesca	8	15	20

Fonte: "Vision, Strategy and Action Plan for Food Processing Industries in India , Volume I", Government of India , April 2005

Crescimento do varejo de alimentos na Índia (%)



Fonte: Images F&R Research, India Retail Report, 2007



7. CONCLUSÃO: A POLÍTICA AGRÍCOLA DA ÍNDIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O COMÉRCIO

No último plano quinquenal (Five-Year Plan), de 2002 a 2007, o governo planejou aumentar os investimentos na infra-estrutura, tanto para abastecer a população rural quanto para escoar produtos para as cidades. Porém, o Ministério de Agricultura indica que os investimentos foram abaixo do esperado. O relatório do plano quinquenal afirma que insumos subsidiados causaram problemas ambientais e consumiram recursos que deveriam ser aplicados no setor como um todo, isto é, em serviços gerais.

No atual plano quinquenal, de 2007 a 2012, uma meta do governo é o crescimento anual do setor agrícola em 4%, visando a garantir uma melhora na distribuição de renda no meio rural. Essa meta indica que o governo está priorizando a agricultura nos próximos anos e deve continuar aplicando os subsídios necessários para garantir a renda setorial. Apesar do plano ainda estar em formulação, os relatórios das comissões indicam que será necessário:

- reformular as políticas de comercialização interna dos produtos agrícolas;
- melhorar as legislações sobre cooperativas e contratos de produção atrelados à indústria de processamento;
- investir mais na logística do campo até a cidade, especialmente no transporte e na estocagem com refrigeração.

As políticas de garantia de renda e preço, aliadas às políticas de subsídios dos insumos (sementes, eletricidade, fertilizantes e água para irrigação), devem ser motivo de atenção pelo agromercado brasileiro. Apesar de a Índia não ser um tradicional exportador de alimentos, com a exceção de arroz, a condição pode mudar em breve, sobretudo porque o país se vale de subsídios às exportações quando há necessidade de escoar os estoques para o mercado mundial. Esses foram os casos do açúcar e do trigo. Recentemente, o governo indiano passou a exportar

grandes volumes de açúcar refinado com suporte de subsídios estaduais e federais.

Outra política introduzida em 2005, chamada de VKGUY (Vishesh Krishi and Gram Udyog Yojana) oferece incentivos para a exportação de, entre outros, frutas, legumes e lácteos e frango. Dessa forma, esses produtos devem ser exportados em níveis superiores nos próximos anos, em linha com as políticas de incentivos à exportação.

De outro lado, a postura do governo indiano ainda é a de proteger o setor agrícola por meio de vários incentivos para garantir a renda dos agricultores, além de fornecer subsídios para a exportação de produtos de maior valor agregado e manter o mercado interno protegido por elevadas tarifas de importação. Mesmo que isso tudo seja de interesse da economia indiana, os consumidores perdem no curto prazo, e os gastos públicos devem ser maiores que os benefícios para o setor, é uma política que custa caro para os contribuintes de impostos indianos. Assim, as únicas grandes oportunidades que permanecem para os estrangeiros são os investimentos no setor agrícola, da logística até o varejo de alimentos.

Outra área de preocupação para a agricultura brasileira é a postura indiana nas negociações da Rodada Doha, que reflete suas intenções de garantir mecanismos para proteger seus agricultores. Isso tem gerado conflitos entre os governos do G-20 – liderado pelo Brasil – e do G-33 – composto por países protecionistas – na tentativa de inclusão de políticas de salvaguardas a produtos especiais, que freiam o comércio de produtos selecionados por país. Devido às razões já mencionadas, o governo indiano deve continuar a rejeitar mudanças nas políticas agrícolas. No entanto, a pressão do consumidor indiano, o agravamento das restrições à produção agrícola e a reestruturação do setor devem forçar o governo a mudar sua postura a médio e longo prazos.

Baseado no documento *Overview of Agri-Food Structure, Trade and Policies in India*, de Ashok Gulati, no contexto do projeto, coordenado pelo Icone, da Rede Latino-Americana e Asiática de Inteligência em Agricultura e Alimentos. O sumário executivo e o texto na íntegra estarão disponíveis no site www.iconebrasil.org.br a partir de fevereiro de 2008.

Qualiagro

Restrições na Europa

EM 2007, o Brasil exportou quase 21% da sua produção de carne bovina. Em 2001, essa relação era de 12%. A cada ano o País passa a depender cada vez dos embarques externos. É líder no mercado internacional, com embarques para 182 mercados e uma participação de 32% no total das exportações de carne.

Essa exposição externa crescente provoca desafios novos para a cadeia produtiva, que, antes, praticamente não existiam ou surgiam pouco. São os casos, por exemplo, da questão sanitária e do meio ambiente.

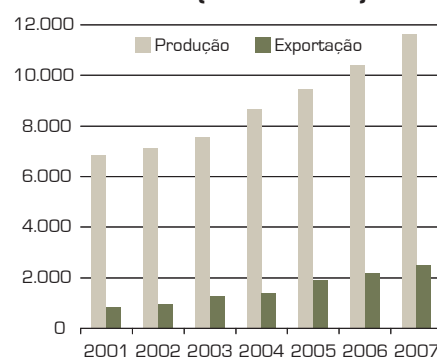
Segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec -, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, as exportações brasileiras de carne bovina devem alcançar uma receita de US\$ 4,45 bilhões em 2007, alta de 13,43% em relação ao faturamento das exportações em 2006. Em volume, a alta deverá ser de 4,17% em relação ao ano passado, com uma quantidade embarcada próxima a 2,5 milhões de toneladas equivalente carcaça.

Embora o câmbio esteja desfavorável às exportações, o preço da tonelada de carne bovina aumenta nos mercados importadores. Isso estimula empresas como a JBS e a Marfrig, a adquirir unidades de abate no exterior, para ocupar espaços importantes no cenário internacional.

Posição da Europa

Em dezembro último, a Comissão Europeia (CE) anunciou ao governo brasileiro uma medida restritiva às exportações de carne bovina brasileira para o mercado comunitário. A alegação é de falhas no funcionamento do sistema de rastreabilidade de animais, o Sistema Brasileiro de

Brasil: produção e exportação de carne bovina (mil toneladas)



Fonte: MAPA

Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov).

A decisão estabelece que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deverá apresentar até:

- 31 de janeiro de 2008, em caráter provisório, um número limitado de fazendas cujo rebanho poderia ser encaminhado aos frigoríficos brasileiros habilitados para a exportação.
- Meados de março de 2008, relatórios de inspeção e auditoria relativos às fazendas listadas para, em seguida, enviar nova missão de auditoria ao Brasil.

Em 2006 o Brasil exportou, para mais de 150 países, US\$ 3,1 bilhão em carne *in natura* e US\$ 724 milhões em carne industrializada, no total de US\$ 3,8 bilhões. No caso do mercado europeu, a participação do produto brasileiro também é significativa, com o registro de exportações de US\$ 1 bilhão de carne *in natura* em 2006.

O sistema de controle inclui, além da rastreabilidade, aplicada às exportações para a UE, vacinação, controle da eficiência das

Impacto para o Brasil

A decisão da CE não altera substancialmente as normas vigentes para a exportação de carne fresca brasileira para aquele mercado. Haverá a exigência de maiores controles sobre os animais destinados ao abate para exportação. Essa matéria já foi regulada pelo governo brasileiro por meio da Instrução Normativa nº 17, de 13/07/2006, do MAPA.

A exigência de maiores controles com relação à rastreabilidade e ao trânsito de animais é uma evolução prevista. Gradualmente, essa ação se aplicará a toda a pecuária profissional brasileira. A sanidade e a qualidade da carne brasileira estão muito longe de atender às pressões restritivas patrocinadas pelos interesses comerciais de alguns produtores da Irlanda e de regiões da Grã Bretanha.

O governo procede a um exame das implicações econômicas e jurídicas da medida e, além de apresentar suas ponderações à UE, estudará a melhor forma de tratar o assunto no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

vacinas, controle de circulação viral, controle de trânsito de animais, habilitação de frigoríficos e inspeções regulares, entre outros. Estabelecimentos modernos garantem o processamento da carne em condições higiênicas e sanitárias que seguem estritamente os padrões internacionais.

A exigência de rastreabilidade foi regulamentada na UE, em 2000, como resposta à crise gerada pelo surto de Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE),

No Brasil, a rastreabilidade é exigida para comprovar que os animais abatidos para exportação para a Europa estão, pelos prazos estipulados, em regiões livres de febre aftosa e habilitadas pela UE. No que se refere à febre aftosa, além de submetidas ao sistema de controle, a carne exportada é desossada e maturada. Nessas condições, não há transmissão da doença, conforme comprovado cientificamente. ■

Ripa

Futuro do agronegócio nacional

CERCA DE 70 lideranças científicas, políticas e empresariais de todo o país realizaram em São Carlos (SP) uma oficina sobre o futuro da pesquisa e da inovação no agronegócio. O evento é uma realização da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa), sob coordenação geral do prof. Sérgio Mascarenhas, do Instituto de Estudos Avançados de São Carlos (Ieasc), da USP, e coordenação executiva do pesquisador Paulo Cruvinel, da Embrapa.

Esse trabalho será fundamental para mapear novas perspectivas e identificar implicações estratégicas para as organizações públicas e privadas de pesquisa, desenvolvimento e inovação que atuam no agronegócio brasileiro até o ano 2023.

O coordenador executivo da Ripa, Paulo Cruvinel, explica que a construção de cenários irá antecipar tendências, ameaças e oportunidades, incluindo abordagem de variáveis de interesses regional e territorial. “O trabalho irá subsidiar o ‘desenho’ de grandes estratégias para as organizações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, diante de cada cenário”, afirma.

Entre os presentes estavam o superintendente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ávilio Franco, o diretor de Organização Estratégica do Ministério da Agricultura (MAPA), José Garcia Gasques, o chefe de Gestão Estratégica da Embrapa, Evandro Mantovani, e a coordenadora de Agronegócios e Biotecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Maria Auxiliadora da Silveira

Ao analisar o trabalho realizado há menos de cinco anos, que projetava tendên-

cias para o setor até o ano de 2012, apesar de estarmos bem antes do fim do período, os pesquisadores chegaram a conclusões, algumas já confirmadas.

Além da preocupação com a sustentabilidade, outras previsões se confirmaram:

- Reestruturação da cadeia produtiva com maior estímulo à agricultura familiar;
- Alteração nos padrões de consumo, com maior exigência de produtos certificados;
- Aumento nos investimentos em biotecnologia;
- Fortalecimento da política de exportação;
- Redução nos investimentos públicos em pesquisa.

Entre os cenários previstos, duas questões surpreenderam pela rápida evolução: as mudanças climáticas, que já interferem no ciclo de algumas culturas, e a inclusão da agricultura na matriz energética.

A Ripa busca estabelecer, com visão sistêmica, metodologias e experiências de visão

de futuro, monitoramento da realidade, inteligência cooperativa, inteligência competitiva e gestão do conhecimento para o posicionamento estratégico quanto às oportunidades e perigos do agronegócio brasileiro.

A missão do projeto é a criação de um ambiente colaborativo que maximize a canalização de conhecimento tácito e explícito das organizações e estimule as ações integradas entre instituições do governo, do setor produtivo, do terceiro setor e da comunidade de ciência, tecnologia e inovação (C&T,I).

O projeto foi consolidado no âmbito do CT-Agronegócio, um dos fundos setoriais para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sendo gerenciado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). ■

Cenário 2050: os dez maiores problemas

1. Energia
2. Água
3. Alimentos
4. Meio ambiente
5. Pobreza
6. Educação
7. Democracia
8. População
9. Terrorismo e doença
10. Guerra

Autor: Prêmio Nobel Professor Alan Mac Diarmid.

PORTAL RIPa

O Cluster São Carlos de Alta Tecnologia implementou e é o responsável pelo suporte tecnológico da evolução do portal Ripa, cujo objetivo é ser o canalizador do conhecimento das organizações envolvidas, além de um importante estímulo às ações integradas entre os agentes que compõem a rede.

O portal RIPa tem as vantagens de baixo custo de implementação e de maior flexibilidade para atendimento aos requisitos especificados para ele.

Entre os serviços oferecidos pelo portal Ripa está uma base de dados em que são armazenadas e disponíveis para consulta informações sobre projetos de pesquisa, editais

e chamadas públicas, cursos e eventos relacionados ao agronegócio. O portal também apresenta sessões para oferta e demanda de produtos inovadores para o agronegócio, biblioteca virtual e área para divulgação dos assuntos levantados em *workshops*.

Segundo Bruno Trevisan, coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Projetos do Cluster, o portal “apresenta uma área restrita com informações privilegiadas para os usuários cadastrados, organização da informação numa estrutura taxonômica comum a todos os tipos de informações, facilitando a correlação entre as pessoas, documentos, notícias e demais entidades constantes da sua base de dados, e cruzamento automático das demandas e ofertas de produtos inovadores”.

Protocolo de Kyoto

Os próximos passos



NA CONFERÊNCIA de Clima, COP-13, realizada em dezembro último, o grande pomo da discórdia foi a diferença de posição entre os Estados Unidos e a União Européia. O primeiro a favor, e o segundo contra, registrar números e compromissos pontuais para diminuir a emissão, entre 25% e 40%, dos níveis de 1990, até 2020. O consenso foi atingido com a inclusão de uma nota de rodapé.

A decisão foi descrita pelo anfitrião do encontro, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia, Rachmat Witoelar, como “um verdadeiro avanço, uma oportunidade para a comunidade internacional combater o aquecimento global” e como “grande vitória dos países em desenvolvimento”, pelo chefe da delegação brasileira, embaixador Everton Vargas.

O Mapa do Caminho traçado na Indonésia, acordado por 190 nações, não definiu metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), porém estabeleceu

a data em que um acordo realmente efetivo terá que ficar pronto: dezembro de 2009, na reunião que será feita na Dinamarca.

Até lá, fica mais plausível para os governos ratificarem e darem mais segurança aos mercados e investidores interessados em adotar tecnologias de energia limpa, como turbinas de vento e painéis solares.

Para o próximo COP-14, na Polônia, os diplomatas tentarão costurar acordos para o curto prazo. Traçar negociações mais arrojadas sobre metas de redução dos gases de efeito estufa está fora do cenário.

Essa perspectiva aparece para o COP-15, em Copenhague, na Dinamarca, durante 2009, após o término da corrida presidencial nos Estados Unidos. Os norte-americanos são os maiores emissores e estão fora do Protocolo de Kyoto, desde 2001, por decisão do governo do presidente Bush. Até lá, o foco das discussões poderá concentrar-se no futuro das florestas.

O Protocolo de Kyoto obriga os países industrializados, exceto os Estados Unidos, a cortar emissões de gases de efeito estufa entre 2008 e 2012. Nações em desenvolvimento estão dispensadas. As novas negociações vão procurar integrar todos os países no controle das emissões a partir de 2013.

De qualquer forma, o tema da sustentabilidade, baseado na Triple Bottom Line – do equilíbrio econômico, ambiental e social –, continuará a arregimentar corações e mentes no planeta. Irreversível, a força desse movimento cresce em escala global. Cada vez mais internacionalizado, o agronegócio brasileiro deve inserir em sua agenda ações estratégicas relacionadas a esse assunto. Em sua primeira edição de 2008, *Agroanalysis* reúne matérias para transmitir aos leitores informações consolidadas sobre como a questão do meio ambiente ganha importância nas relações internacionais.

Tópicos fundamentais do consenso da COP-13

• Apoio a países emergentes

Como reconhecimento de que os países pobres e em vias de desenvolvimento precisam de financiamento das nações ricas para enfrentar os desastres naturais e efeitos negativos do aquecimento do planeta, foi criado um Fundo de Adaptação, de pelo menos US\$ 300 milhões em 2008.

O dinheiro virá de uma taxa cobrada nas transações do carbono. O fundo será gerido interinamente pelo Global Environment Facility (GEF). A decisão do destino dos recursos caberá a 16 representantes de países industrializados, emergentes, e menos desenvolvidos. As decisões consensuais serão "mais valorizadas", mas, no caso de impasse, valerá a maioria por dois terços dos votos.

• Tecnologia

Comprometimento em impulsionar os programas de transferência de tecnologia para que os países emergentes possam se adaptar à mudança climática e minimizar os seus efeitos.

• Desmatamento

Serão concedidas ajudas às nações em vias de desenvolvimento para conservação e proteção de suas florestas. Uma sensibilidade quanto à "necessidade urgente" de agir para reduzir as emissões de carbono provenientes do desmatamento, e que são responsáveis por 20% dos gases do efeito estufa, segundo dados da ONU divulgados durante a conferência.

• Reflorestamento

Compromisso dos países em duplicar em até 16 quilotons de dióxido de carbono seus projetos de reflorestamento.

• Emissões

Reconhecimento de que o quarto e último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) da ONU é o estudo científico mais completo e referência sobre o aquecimento global.

Gases de efeito estufa (GEE)

Substâncias gasosas que, ao absorver parte da radiação infra-vermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre, dificultam seu escape para o espaço. Isso impede a perda de calor para o espaço e mantém a Terra aquecida.

Os principais gases da camada atmosférica que envolve o planeta são o nitrogênio (N_2) e o oxigênio (O_2) que, juntos, compõem cerca de 99% da atmosfera.

Alguns outros gases encontram-se presentes em pequenas quantidades, como os conhecidos de efeito estufa (GEE): o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o óxido nitroso (N_2O), perfluorcarbonetos (PFCs) e também o vapor d'água.

Nos últimos 100 anos, como as atividades humanas concentraram os gases de efeito estufa, a temperatura global aumentou. Esse processo pode ter consequências sérias para a vida na Terra no futuro próximo.

O efeito estufa é um fenômeno natural, que acontece desde a formação da Terra e é necessário para a manutenção da vida. Sem ele, a temperatura média seria 33°C mais baixa e impossibilitaria a vida na forma atual.

Balanço da ONU sobre mudança climática

REALIZADA, anualmente, em diferentes cidades do mundo, a Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Cqnuac), foi adotada em 1992, na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, Brasil.

Seu objetivo é estabilizar a concentração de gases de efeito estufa (GEE), que, como continuam na atmosfera depois de emitidos, não é possível evitar a mudança

climática. Por essa razão, as medidas a serem tomadas são:

- Mitigadoras, de diminuir o impacto das mudanças climáticas;
- Adaptadoras, com a criação de mecanismos para conviver com as mudanças que irão ocorrer.

Mudança climática na atmosfera global

Cqnuac: atribui as mudanças direta ou indiretamente à atividade humana

IPCC: considera os processos naturais e a ação do homem

Dentre os princípios da Convenção, o principal é aquele da responsabilidade de comum, porém diferenciada. Como a concentração atual de GEE na atmosfera é

consequência das emissões realizadas por países industrializados no passado, cada um deles tem responsabilidade diferente. Para a divisão de responsabilidades, os países foram divididos em diferentes blocos.

Signatários da Cqnuac, os países são separados em três grupos:

Anexo I: países industrializados de acordo em reduzir suas emissões (especialmente dióxido de carbono) a níveis abaixo das emissões de 1990. Se eles não puderem fazê-lo, terão que comprar créditos de carbono.

Anexo II: países desenvolvidos que pagam os custos para aqueles em desenvolvimento.

Não Anexo I: países em desenvolvimento sem metas de emissão, mas com algumas obrigações, como a implantação de programas nacionais de mitigação

As cinco chaves da equação

O Conselho Europeu de Energia Renovável (Erec, em inglês) procura utilizar os dados técnicos mais avançados e disponíveis de previsões sobre:

- Elevação da temperatura terrestre, ante o aumento de emissões de GEE; dados do IPCC
- A emissão de CO₂, mantida a atual matriz de fontes energéticas, dados da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês).
- Aumento da eficácia energética e o uso de combustíveis renováveis, dados do Instituto de Termodinâmica Técnica (DLR), da Agência Espacial da Alemanha.

Com base nesses dados, monta-se uma equação política com cinco chaves:

1. A temperatura média da Terra sobe de forma contínua e progressiva, desde a Revolução Industrial. Ao longo do século 20, a elevação foi de 0,6° C. O planeta pode suportar no máximo um aumento de 2°C, sem desencadear catástrofes naturais.

2. O efeito dos GEE é cumulativo e se mantém na atmosfera por muito tempo. Seria preciso, desde já, reduzir sua emissão para não alcançar a marca limite de 2°C.

3. Em 2030, as emissões deveriam ser 30% inferiores ao patamar de 1990. Mas, mantida a atual proporção entre uso de combustíveis fósseis (80%), nucleares (7%) e renováveis (13%), em 2050, 45,5 bilhões de toneladas de gás carbônico serão lançadas por ano na atmosfera. Em 2003, as emissões foram de 23,1 bilhões de toneladas.

4. As metas do Protocolo de Quioto para estimular a redução das emissões são muito tímidas: redução de 5,2% para 2012, em relação ao patamar de 1990. O mecanismo essencial adotado é débil e permite a comercialização do “direito de poluir”.

5. A vontade política de mudar exige alterar a matriz energética. Em 2050, as fontes renováveis (solar, eólica, de biomassa, hidrelétrica, geotérmica e oceânica) responderiam por 50% da

geração (proporção 3,8 vezes acima da atual). Com novos hábitos de consumo e distribuição de energia, sem abrir mão do bem-estar, as sociedades melhorariam as relações entre si e com a natureza. Em 42 anos, surgiria o chamado de cenário da revolução energética.

Matéria do *Le Monde Diplomatique*, de 26/9/07

A Conferência do Clima (COP-13)

REALIZADA EM Bali, na Indonésia, em dezembro último, para discutir temas como:

- **Pós-Kyoto:** Cortes mais profundos nas emissões de gases de efeito estufa, pelos países desenvolvidos, válidos a partir de 2013;
- **Ricos vs. pobres:** Metas de corte (ou de redução da taxa de crescimento) das emissões nas nações em desenvolvimento;
- **Mitigação:** A inclusão das florestas em pé na conta de mitigação do efeito estufa. Além de absorverem carbono da atmosfera, as matas antigas (como a amazônica) guardam muito carbono estocado na forma de biomassa;
- **Recursos:** Aumento do fundo de adaptação, alimentado pelos países ricos para ajudar os países pobres a se prepararem para as mudanças climáticas;
- **Alternativas:** Mecanismos mais efetivos para a transferência de tecnologias “limpas” dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento.

Mapa de Bali

A COP-13 acordou diretrizes, chamadas de Mapa do Caminho de Bali, para um novo regime político contra o aquecimento global. As reações variaram entre

EUA e UE

Na COP-13, quando o processo de negociação parecia caminhar para o fracasso, a União Européia concordou em fazer concessões e recuou em sua exigência de incluir, no documento, metas e prazos rígidos para a redução de emissão de gases poluentes por parte dos países desenvolvidos.

O bloco considerava fundamental a produção de um documento para guiar as discussões nos próximos dois anos, o chamado Mapa do Caminho, com referências às metas obrigatórias de cortes de emissão recomendadas pelo IPCC.

Os norte-americanos, no entanto, eram contra qualquer menção a essas metas, que prevêm uma redução de 25% a 40% nas emissões dos países desenvolvidos até 2020.

O texto final acabou por mencionar apenas que a comunidade internacional “reconhece que deve haver severas reduções nas emissões mundiais”.

Em certo sentido, a conferência alcançou o objetivo de chegar a um “acordo global e efetivo” para o período pós-Kyoto. Isso porque os Estados Unidos firmaram o compromisso de aderir de maneira efetiva às negociações sobre a mudança climática. A referência, porém, explicita a necessidade de os países em desenvolvimento também tomarem medidas nessa direção.

Pelo texto aprovado, o processo de negociação internacional para um acordo que reforce a luta contra a mudança climática a partir de 2012 deve começar, no máximo, entre março e abril de 2008. Um novo acordo para o período pós-Protocolo de Kyoto deve ficar pronto até 2009, para que os países tenham tempo de ratificá-lo.

o otimismo dos diplomatas e o ceticismo dos ambientalistas.

Para conseguir a adesão da delegação americana, os negociadores retiraram a menção direta às metas de cortes de redução de emissões nos países ricos de 25% a 40% até 2020. Apesar de ter o mérito de colocar no jogo os Estados Unidos (maior emissor do mundo de gases de efeito estufa), o Mapa pega leve: formula ações ou compromissos nacionais, não internacionais, para limitar e reduzir o lançamento no ar de dióxido de carbono, metano e outros gases que aprisionam o calor na Terra.

A maior novidade foi a aceitação, por parte do G-77+China, de ações de mitigação “mensuráveis, reportáveis e verificáveis”. Essas nações nunca mostraram inclinação a qualquer tipo de compromisso internacional. Agora, os Estados Unidos deixam de lado a argumentação de apenas aceitarem metas quando os países em desenvolvimento, especialmente emergentes, adotassem a mesma decisão.

Próximo do encerramento, o evento parecia não apresentar nenhuma evolução. O secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, chegou a abandonar o recinto dos trabalhos. Foi importante a participação do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e do presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono.

O texto aprovado foi considerado uma referência de intenções, com um conteúdo repleto de incertezas, para ser redesenhado em dois anos e montar um novo tratado climático para 2013.

Os negociadores terão de trabalhar arduamente na busca do consenso sobre as metas e a inclusão de desmatamento evitado como forma de mitigação. Existe a questão sensível da vulnerabilidade da Amazônia ante o aquecimento global. Alguns modelos científicos indicam que parte do bioma pode ser substituída por um tipo de savana – ou “desaparecer”. Desmatamento evitado de florestas tropicais como forma de mitigação será um dos temas mais quentes. O Brasil aceitou a entrada de áreas degradadas na conta e também a referência ao manuseio sustentável de florestas. ■

União Européia: emissões de GEE em equivalente de gas carbônico

País	Em relação a meta do Protocolo de Kyoto para 2008-2012 (%)	Variação 1999-2005 (%)	Em 2005 (milhões de t)
Alemanha	-21,0	-18,7	1.001,5
Reino Unido	12,5	-15,7	657,4
Itália	-6,5	12,1	582,2
França	0,0	-1,9	553,4
Espanha	15,0	52,3	440,6
Polônia	-6,0	-32,0	399,0
Holanda	-6,0	-1,1	212,1
Romênia	-8,0	-45,6	153,7
Republica Tcheca	-8,0	-25,8	145,6
Bélgica	-7,5	-2,1	143,8
Grecia	25,0	25,4	139,2
Austria	-13,0	18,1	93,3
Portugal	27,0	40,4	85,5
Hungria	6,0	-35,4	80,5
Irlanda	13,0	25,4	69,9
Bulgária	-8,0	-47,2	69,8
Finlândia	0,0	-2,6	69,3
Suécia	4,0	-7,4	67,0
Dinamarca	-21,0	-7,8	63,9
Eslováquia	-8,0	-33,6	48,7
Lituânia	-8,0	-53,1	22,6
Estônia	-8,0	-52,0	20,7
Eslovênia	-8,0	0,4	20,3
Luxemburgo	-28,0	0,4	12,7
Letônia	-8,0	-58,0	10,9
Chipre	-	63,7	9,9
Malta	-	54,8	3,4

Fonte: Annual European Community Greenhouse Gas Inventory

Questões em aberto

Para o futuro próximo, os desafios passam pelo estabelecimento de um tratado internacional na COP-15, em 2009, na cidade de Copenhague, na Dinamarca, com novas e profundas metas de redução de emissões de GEE para os países industrializados e obrigações para os em desenvolvimento. Outro ponto consiste em negociar as novas formas de enfrentar as mudanças climáticas no pós-2012, quando expira o Protocolo de Kyoto. O segundo período iria de 2013 a 2018 ou 2020.

Postergada ao longo dos anos, a agenda deverá discutir como preservar as florestas. Países liderados por Costa Rica e Papua-Nova Guiné formaram a chamada Coalisão pelas Florestas, em prol de vincular a preservação das florestas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previstos no Protocolo de Kyoto. A proposta depara com dois problemas: permite a emissão pelos países que adquirirem crédito, e a queda de preço pelo excesso de oferta de crédito, como a queima de metano nos aterros sanitário do Brasil, Índia e China.

A falta de valor da floresta em pé é a principal causa do desmatamento. Com a Amazônia na tela dos debates, para o Brasil interessa a estratégia de diminuição das emissões pela redução do desmatamento. Não é apenas receber crédito pelo esforço de conservar. As avaliações do impacto do desmatamento nas emissões são altas. Variam de 10% a 30%.

Uma formulação estratégica seria constituir um fundo com doações dos países interessados na preservação. Seria montada uma linha de referência obtida pelos índices de desmatamento de um período histórico. Os países com emissões causadas por desmatamento abaixo da linha teriam compensações

Protocolo de Cartagena

Em busca do consenso

Rodrigo Carvalo de Abreu Lima*

NESTE INÍCIO de 2008, as negociações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança terão como foco a criação de um mecanismo de Responsabilidade e Compensação (Liability and Redress) por possíveis danos causados por organismos vivos modificados (OVMs).

Apesar de ser o único grande país produtor e exportador de produtos agrícolas a ratificar o Protocolo, o Brasil norteou a sua posição nas discussões baseado na sua megadiversidade.

O Protocolo de Cartagena é um tratado ambiental internacional, com o objetivo de criar normas para assegurar o movimento transfronteiriço e evitar possíveis danos para a biodiversidade causados por OVMs. Objeto das reuniões das Partes (COP-MOPs), possui duas obrigações principais:

- Identificar OVMs sujeitos a movimentos transfronteiriços;
- Estabelecimento de mecanismo de Responsabilidade e Compensação por possíveis danos causados por OVMs.

Apesar de o Protocolo limitar seu foco à interação entre o movimento transfronteiriço de OVMs e a conservação e uso sustentável da biodiversidade, as discussões avançam sobre:

- O conceito, a mensuração e a responsabilidade do dano;
- Regulação de danos entre Partes e Não-Partes do Protocolo;
- Seguros de produtores, exportadores e até transportadores, contra danos.

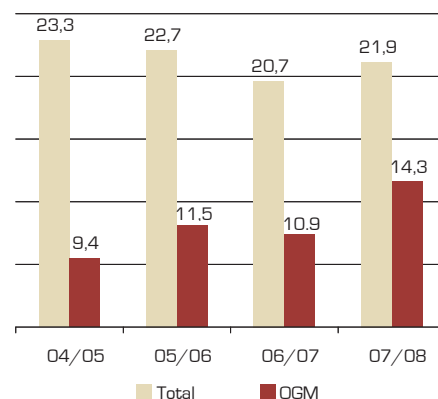
Importações e regulamentações

As negociações do Protocolo compreendem os interesses e as posições de mais de 140 países. As decisões devem ser tomadas por consenso. É um processo lento, com

influências do grau de evolução da biotecnologia e da aceitação em relação aos OVMs de cada país, dentre outros fatores.

Com capacidade de regular soberanamente os temas ligados aos organismos geneticamente modificados (OGMs), os países importadores podem estabelecer regras específicas sobre os temas em debate no Protocolo.

Brasil: área da sojicultura – total e com OGM (milhões de hectares)



Fonte: Conab/Isaas/Celeres

No caso dos importadores de soja em grão e milho do Brasil, a maioria dos países já possui regulamentações sobre OGMs. São regras soberanas que podem influenciar as decisões do Protocolo.

Existem três argumentos importantes para o Brasil considerar nas negociações:

- 1º. Como a decisão depende de consenso, o Protocolo avança lentamente pois são levados em consideração os interesses de regulamentação soberana dos países nas questões ligadas aos OGMs;
- 2º. Como o movimento transfronteiriço de OVMs sofre influências das regras dos países, as práticas adotadas no

mercado ganharão peso nas decisões do Protocolo;

- 3º. Os importadores com regras soberanas podem ficar em posição comercial vantajosa perante o exportador que é Parte do Protocolo (caso do Brasil), ao optarem pela norma mais restritiva e criar barreiras não-tarifárias ao comércio.

Posição estratégica

Como primeiro produto transgênico adotado, mais produzido no Brasil e largamente usado e aprovado comercialmente em vários países, a soja OGM é um teste para a implementação do Protocolo.

Se um OVM autorizado comercialmente pela lei soberana do país importador pode causar um dano em seu território, o movimento transfronteiriço de soja a exportação de soja OGM tem:

- Implicações perante a identificação dos carregamentos de OVMs;
- Influências para as discussões sobre Responsabilidade e Compensação.

Diante do impacto da biotecnologia, a criação de regras estritas pode transformar o Protocolo em um “tratado vazio”, sem força, além de expor os atores do comércio internacional a riscos jurídicos. Um OVM somente pode ser levado de um país a outro após análise de risco e aprovação comercial pelo importador e pelo exportador que o produz.

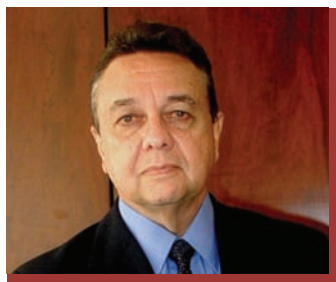
Como os principais importadores de soja em grão possuem regulamentação sobre OGMs, para o Brasil é estratégico adotar uma posição negociadora equilibrada, para atender estritamente aos objetivos do Protocolo e nada mais.

Com isso, a abrangência da negociação sobre Responsabilidade e Compensação transcende o Protocolo. Dar margem para a criação de regras ligadas a danos patrimoniais, sociais, culturais e até espirituais, dentro do Protocolo, é um risco bastante elevado. As obrigações além do objetivo de regular o movimento transfronteiriço para evitar danos à biodiversidade, como fogem do mandato expresso do Protocolo, devem ser veementemente combatidas pelo Brasil. ■

* Gerente Geral do Icone

Diário de bordo

Salada completa



Roberto Rodrigues*

DADOS DO prof. dr. Paulo Cesar Tavares de Melo, da Esalq, mostram que mais de 60% da produção brasileira de hortaliças está concentrada na pequena propriedade rural, especialmente de exploração familiar, com menos de dez hectares. Gera muito emprego, cerca de 4,5 por hectare, em média, e tem grande aproximação com a tecnologia orgânica.

Atualmente, o Brasil cultiva cerca de 800 mil hectares com hortaliças, com produção superior a 18 milhões de toneladas. Isso vem crescendo bastante, e só nos últimos dez anos a produção aumentou 35%. Há uma centena de espécies cultivadas, mas seis delas (tomate, batata, melancia, cebola, cenoura e batata-doce) respondem por mais de 60% de todo o volume produzido. Cerca de 75% da produção estão localizados no Sul/Sudeste, e os outros 25% no Nordeste e Centro-Oeste, que, por sua vez, abastecem a Região Norte, onde a produção é quase nula.

É uma atividade que exige capital intensivo e alta tecnologia, principalmente em função de problemas fitossanitários, mas, em compensação, pode oferecer excelente rentabilidade econômica por hectare cultivado: a renda chega a quatro ou cinco vezes mais que os cultivos convencionais.

Do ponto de vista do consumidor, as hortaliças são alimentos importantes, ricos em micronutrientes e fibras, com baixa densidade energética. Mas, o con-

sumo no Brasil ainda é abaixo dos níveis recomendados pela OMS, segundo a qual 6 a 7% da energia consumida deve provir de hortaliças. Estamos na metade da recomendação, e com uma importante diferença de consumo entre as famílias mais ricas e as mais pobres. Aquelas, de acordo com estudos do IBGE, consumiram 42 quilos por pessoa/ano em 2003, enquanto estas consumiram 15,7 quilos pessoa/ano. Na Itália, o consumo chega a 157 quilos pessoa/ano, nos EUA a 98,5 e em Israel, 73. No Brasil, o consumo no Sul e Sudeste é 60% superior ao das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Isso demonstra um enorme potencial de crescimento do consumo à medida que aumenta o poder aquisitivo. De outro lado, também aumenta a exigência por produtos frescos, com qualidade comprovada e boas características de apresentação e nutrição. Tais exigências vêm levando os produtores e supermercados a oferecer produtos diferenciados, com maior valor agregado, como alface americana, tomate italiano e saladete, brócolis de cabeça única, melões nobres, mini-melancias etc.

Como esse tipo de produto está mais desenvolvido lá fora, o saldo comercial brasileiro na área é negativo, pois importamos mais que exportamos, especialmente alho, cebola, batata e ervilha. Já estamos exportando melões, pimentas e pimentões, tomate, melancia, gengibre, cenoura, e condimentos.

A tecnologia vem apoiando o aumento da produtividade e a expansão da atividade, mas o seu sucesso ainda depende da solução de alguns gargalos antigos.

Um deles é a perda na pós-colheita, que chega a 35% em alguns produtos. Outro é o estabelecimento de canais de comercialização, o que exige um espírito associativista mais forte, desmontado com o fim das Cooperativas de Cotia e Sul Brasil. Embalagens padronizadas, certificação de produção e campanhas institucionais de consumo são temas igualmente recorrentes. E, é claro, a pesquisa e a extensão precisam seguir cumprindo seu papel. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

O dragão da inflação



Cesário Ramalho da Silva*

O AUMENTO dos preços dos alimentos ganhou a atenção da mídia no segundo semestre de 2007, permanecendo em destaque no noticiário do início do ano, especialmente pelo impacto nos índices de inflação.

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicaram que os preços dos produtos agropecuários responderam por 40% da inflação medida pelo IGP-DI em 2007, que subiu 7,89%, ante 3,79% de 2006. Outro importante indicador, o IPCA do IBGE, apontou alta de 4,46% na inflação do ano passado, com o grupo alimentos e bebidas respondendo por 2,21% do resultado.

Números, como sabem, não mentem, mas as análises deles, muitas vezes, podem trazer equívocos, como, por exemplo, imputar aos produtores rurais a responsabilidade pelo aumento dos preços dos alimentos.

O produtor é protagonista de um paradoxo. Ao mesmo tempo em que é o ator mais importante da cadeia produtiva do agronegócio, ou seja, dos alimentos, é o elo mais fraco, encurralado entre o poder financeiro de grandes grupos fornecedores de insumos, conglomerados agroindustriais e gigantes varejistas.

O produtor não tem influência na formação dos preços das principais *commodities* agropecuárias. Ele não “precifica”, é “precificado”, não se esquecendo ainda

de que produtos como milho, soja, trigo, café, suco de laranja, matérias-primas bases da indústria de alimentos, têm preços formados nas bolsas internacionais, suscetíveis às mais diversas variáveis globais de clima, oferta, demanda, vaivém das negociações nos mercados, entre outras questões.

Excesso de chuvas, prejudicial às lavouras de soja nos EUA repercute imediatamente nas cotações. O mesmo acontece se há uma forte estiagem na Argentina ou no Brasil.

A alta das cotações dos grãos em 2007 na Bolsa de Chicago, que foi de 57% em relação a 2006, foi motivada por um conjunto de fatores, como:

- Aumento da demanda mundial por alimentos, especialmente na Ásia;
- Uso de produtos agrícolas para produção de biocombustíveis;
- Influência dos biocombustíveis nos valores da soja;
- Seca nas plantações de trigo da Europa e Austrália;
- Picos de preços no mercado interno durante o período da entressafra.

Vale pontuar, ainda, que o avanço de 42% na cotação do petróleo em 2007, que acarretou o aumento no preço de fertilizantes e fretes, também refletiu nos preços dos alimentos.

Nesta temporada, os produtores darão nova demonstração de eficiência, pois deverão produzir uma safra recorde de aproximadamente 135 milhões de toneladas de grãos. Do ciclo 1990/91 até o de 2006/07, a área plantada aumentou apenas 20%, enquanto a produção cresceu 118%.

Será mais uma prova do esforço dos produtores para contribuir no combate à inflação. A oferta maior de grãos reduzirá a pressão inflacionária de 2008. Se houver alta, ela não será culpa dos produtores. É bem mais provável que a precária infra-estrutura, a asfixiante carga tributária, e as oscilações mercadológicas compoñham o prato do dragão da inflação. ■

Opinião

Boas práticas na cadeia cítrica



João Sampaio*

AS PRÁTICAS agrícolas dizem respeito ao processo produtivo na linha do desenvolvimento sustentável, com respeito ambiental e social, para produzir alimentos seguros. Já o *fair trade* implica vender e comprar com base no equilíbrio econômico entre os vários agentes.

Como proposta para ampliarmos a abrangência da adoção de boas práticas, para qualquer momento e lugar da produção de um bem e serviço, tomaremos por base a citricultura. O Brasil representa 38% da produção mundial de laranja, sendo São Paulo responsável por mais de 90% das exportações brasileiras de suco de laranja, com o maior pomar do mundo, acima de 200 milhões de árvores.

Iniciamos um processo de aproximação entre os elos da cadeia, com reuniões entre produtores, indústria processadora, e os institutos de pesquisa agropecuária na Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Os conflitos dentro da citricultura paulista chegaram ao limite. Seus integrantes concluíram que não dava mais para prosseguir na toada do confronto.

Baseados na primeira lição das boas práticas, a transparência, iniciamos as conversas, centradas em três pontos:

- Confrontos do passado não condicionam um modelo de convivência no setor (a questão do Cade está fora);
- Necessidade de estimativa de safra conjunta;

- Estudos de modelos de formação de preços para o estabelecimento dos contratos.

Se resolvidos esses tópicos, a cadeia viverá um outro momento, com base no princípio das boas práticas. Ninguém dentro ou fora da citricultura discorda disso.

Formamos um grupo de trabalho técnico, composto por pesquisadores do IEA, Cepea (Esalq/USP), FGV e pelos representantes do campo e da indústria. Seu objetivo é finalizar uma proposta-padrão de divulgação de safra, modelos de convivência de compra e venda entre as partes e as bases do Foro do Conselho de Citros (nome ainda provisório).

Na Flórida (EUA), nosso maior concorrente na produção de laranja e suco, as placas dos automóveis identificam o estado como a grande região produtora de citros do mundo. Em São Paulo, apesar de ser o terceiro item no valor da produção agropecuária e das exportações do agronegócio, não se toca no assunto para evitar conflito. Temos de nos orgulhar de sermos a potência que somos na atividade e construirmos uma relação baseada em boas práticas.

A citricultura paulista é desenvolvida predominantemente pela classe média rural, que garante o emprego de 400 mil pessoas no campo e na indústria. Traz negócios para o setor de insumos, de serviços e para as cooperativas. Já mostrou capacidade de articulação e convivência com a criação do Fundecitrus, exemplo único no País de aliança do setor produtivo para a pesquisa e combate às doenças.

A meta do plano é chegar, ainda no primeiro trimestre deste ano, ao consenso no setor. Preparar muitas notícias para informar sobre a data anual para divulgação da estimativa de safra, o modelo de convivência contratual no setor, o seguro contra doenças, a negociação de contratos e opções na Bolsa. O passo seguinte é adotarmos a laranja como a fruta-símbolo das boas práticas. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo